

REVISTA MARACANAN

Dossiê

Cultura escrita na Fronteira Sul: práticas intelectuais indígenas e usos políticos da escrita entre os Kaingang

Written culture in South Frontier of Brazil: indigenous intellectual practices and political uses of writing among the Kaingang

Fernando Vojniak*

Universidade Federal da Fronteira Sul
Chapecó, Santa Catarina, Brasil

Recebido em: 6 maio 2020.

Aprovado em: 5 out. 2020.



* Professor Associado da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Chapecó, atuando na graduação em História e no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Doutor e Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina; graduado em História pela Universidade do Oeste de Santa Catarina. E-mail: fernandovojniak@hotmail.com

Resumo

Os historiadores propuseram problemas candentes à história dos processos de formação geopolítica e cultural dos territórios e das populações das regiões de fronteira do Brasil Meridional. Esses problemas vêm sendo amplamente analisados nos estudos de história ambiental, da colonização e dos movimentos sociais, de etnohistória indígena, de etnolinguística indígena e nos estudos arqueológicos. Entretanto, os temas da cultura escrita e das práticas intelectuais indígenas parecem ainda não consolidados no interior desses estudos, não obstante seja cada vez mais possível de serem analisados a partir de novos problemas que podem ser colocados à documentação e à bibliografia já conhecida ou aos novos acervos documentais que se formam nos arquivos. Tendo isso em vista, e considerando que os estudos da cultura escrita e da história intelectual precisam superar o olhar eurocêntrico, que negligenciou, em grande medida, entre outras, as práticas intelectuais indígenas, neste artigo é proposta uma apresentação panorâmica das possibilidades de análise em perspectiva histórica das práticas intelectuais e dos usos políticos da escrita entre os indígenas, especialmente os Kaingang. A partir da análise de documentos e textos clássicos de memorialistas, viajantes e etnólogos, em diálogo com artigos, capítulos e livros de estudos especializados, o presente estudo cobre assim um período ampliado, que vai de começos do século XIX até fins do século XX, e tem como recorte espacial a atualmente chamada Mesorregião da Fronteira Sul.

Palavras-chave: Práticas Intelectuais Indígenas. Cultura Escrita. Kaingang. Fronteira Sul.

Abstract

Historians have posed burning problems in the history of geopolitical and cultural formation processes in the territories and populations of the border regions of southern Brazil. These problems have been extensively analyzed in studies of environmental history, colonization and social movements, indigenous ethno-history, indigenous ethno-linguistics and archaeological studies. Conversely, the themes of written culture and indigenous intellectual practices seem not yet consolidated within these studies, despite the fact that it is increasingly possible to analyze them from new problems that can be posed onto the documentation and bibliography already known or to the new documentary collections that are formed in the archives. With this in mind, and considering that the studies of written culture and intellectual history need to overcome the Eurocentric view, which largely neglected, among others, indigenous intellectual practices, this article proposes a panoramic presentation of the possibilities of analysis in historical perspectives of intellectual practices and political uses of writing among indigenous people, especially the Kaingang. Based on the analysis of classic documents and texts by memorialists, travelers and ethnologists, in dialogue with articles, chapters and books of specialized studies, this study thus covers an extended period, from the beginning of the 19th century to the end of the 20th century, and has as its spatial cut the currently called Mesoregion of Fronteira Sul.

Keywords: Indigenous Intellectual Practices. Written Culture. Kaingang. South Frontier of Brazil.

1. Introdução: cultura escrita, região e história intelectual indígena

Parmas. Delegacia dos Índio.

Jacú em 19 de Maio de 1933.

Ilmo. Sr. Di do serviço de proteção aos índios,

Ilmo. Si

Tem que em vosso coisimento que nosso tordo esta sendo invado por o senhor Sob Delegado Caitano Ferrais que ya veinho neste tordo percurando a dezalojar os índios premetendo violencia dizendo que a qui índios não tem terras que aqui e do Venen Berther e percurando a pegar o nosso escrivão que e o indio Avelino Francisco pois este indio não tem ruim e é o bidente as outoridades e elles querem pegar e matar por ser nosso escrivão e que foi inbargar amidição do Rila elle não foi que eibargo quem em bargo foi nos com noso Decreto e o imbargue do Palacio de ordem de Curytiba do serviço de proteção os Índio assinado por D. Alfferdo Xaves e o teleganma do deministerio estes foi os que imbargaro intão estes homem temos fraze todos agora ordem do Deministerio por que estamos sendo apersiguído por calunas fantastica asin recoremos a V. S. e afederação para que rine entre nois a pais e a yustica e a ordem para nossos direito sagrado que nossos velho ganhara paranos viver querem nos tirar daqui dizem para por num terreno do Fidencio e nos não aseitanmo bem asim pedimos mapa dige copia erecoremos os trebunar de Yustica para nossa garãtia quanto o grupo que aqui venho con o Delegado Caitanno são 10 homen onde venha Marcesão Lopes criminozo que atirou um indio apoco tempo e botaro uma pedra insima e dizem que indio e mesmo que mal fera do mato e asim são esses que apersegen nosso escrivão e essa patota de Berther e Caitanno e Yasintho Costa que estão decarando pubricamente querem fazer rosas em indio aballa e estão para avansar nestes dias termino pedindo a yusticia.

Tenente deste tordo de yacú e Banhado Grande Pedro Inacio Andre indio e o Salgente Antonio Guarani Índio e O Campitão Domingo yasitho do tordo pinhazinha indio e O Majo do tordo de Xapeco Grande indio Francisco Patrico Escrivão Avelino Francisco indio.¹

Quando estive em Palmas, em 1933, para pesquisar "O culto aos mortos entre os Kaingang de Palmas", estudo que foi incluído nos seus *Ensaio de etnologia brasileira*, Herbert Baldus, etnólogo teuto-brasileiro reconhecido pelo trabalho desenvolvido em favor da pesquisa antropológica e das políticas indigenistas no Brasil, estava interessado na "maneira pela qual um Kaingang 'civilizado' pensa e se exprime em português".² A carta dos indígenas de Palmas, reproduzida pelo antropólogo, aparece no final de seu ensaio, depois de ter tratado em minúcias os conhecimentos sobre a demografia, a geologia e a geografia de Palmas, os aspectos da família linguística Jê, os modos de vida dos Kaingang, sua compleição corporal, modo de vestir e seus rituais de iniciação e culto aos mortos. Ao final do texto, Baldus transcreve a carta que o empregado da Comissão de Proteção aos Índios recebera durante sua estada em Palmas, em 1933, e, não obstante o eloquente pedido de "yustisça" do indígena escrivão Avelino Francisco, o etnólogo parece ter se interessado apenas por ser

¹ BALDUS, Herbert. *Ensaio de etnologia brasileira*. Série 5ª. São Paulo: Cia. Ed. Nac., 1937, p. 68-69. (Brasília. Biblioteca Pedagógica Brasileira, vol. 101).

² *Ibidem*, p. 67.

“linguisticamente notável nesta carta [...] a troca repetida de *r* e *l* [...] muito freqüente entre a maior parte dos índios sulamericanos”.³

Furtando-se em analisar qualquer significado político da carta e a própria gravidade da denúncia que seu conteúdo apresentava, Baldus ignorou solenemente aquilo que, naquele momento, talvez fosse o problema mais urgente para os Kaingang de Palmas: a expropriação de suas terras e as violências a que estavam sendo submetidos. Também não foram questionadas as condições do uso da escrita entre os indígenas, para os quais, nesse caso, se apresentam de modo explícito no reconhecimento da escrita como um recurso de resistência e ação. Isso é notável não apenas pelo uso da carta como instrumento para esse fim político, mas também pela reivindicação do documento escrito como atestado de uma vontade coletiva e de uma crença nas instituições, pois há de se notar que na carta é dito que o “escrivão” Avelino Francisco, ameaçado, não era o responsável pelo embargo das “medições” que os grileiros vinham realizando, mas que o impedimento teria sido uma vontade coletiva – “quem embargou fomos nós” – respaldada pelo “Palácio de Curitiba e pelo SPI”.

Poucas linhas depois das sumárias impressões linguísticas, Baldus encerra o texto com uma anedota: “Krygi, uma moça Guayakí no Alto Paraná, costumava dizer-me afavelmente, todas as manhãs, no seu espanhol mal articulado: ‘Quiero alegrar tu cama’, mas com isto ela queria dizer realmente: ‘Quiero arreglar tu cama’”.⁴

Poder-se-ia tratar aqui, para além das impressões linguísticas e jocosas do etnólogo viajante, a partir desta corajosa denúncia escrita em carta e subscrita pelas lideranças indígenas de Palmas, uma série de problemas políticos e culturais a respeito da invasão das terras indígenas do Brasil Meridional pelos luso-brasileiros e dos conflitos dela decorrentes. Mas esses problemas são amplamente colocados na historiografia e para os propósitos do presente estudo, optou-se por assinalar preliminarmente algumas considerações que denotam a relevância da problematização desse e de outros documentos e referências que podem ser analisados em estudos históricos das culturas orais e escritas na Fronteira Sul. Neste sentido, parece necessário atentar para a relação das formas das culturas escritas na região com os conflitos que marcam os próprios processos de ocupação, grilagens de terras indígenas e exploração dos recursos naturais, perscrutando as formas de conquista pela palavra escrita do colonizador, mas especialmente este caráter político de resistência, de tomada de decisão e de afirmação pela palavra que se fez e se faz nos diferentes usos da escrita, da oralidade e de outras práticas intelectuais entre os indígenas.

Em escritos como os de Herbert Baldus, é perceptível a dificuldade em se considerar os modos pelos quais os indígenas faziam uso de diferentes linguagens. As comunidades indígenas, como a que vivia a moça Guayakí do Alto Paraná, possuíam seus modos próprios de criação intelectual e uso da língua na apropriação e na organização dos conhecimentos. Essa situação cria, pelo menos, dois problemas que a aqui se quer clarear. Em primeiro lugar, tanto

³ BALDUS, Herbert. *Ensaio de etnologia... Op. cit.*, p. 69.

⁴ *Idem.*

entre cronistas, viajantes e etnólogos do passado, quanto nas análises contemporâneas dos próprios arquivos e documentos já conhecidos, há uma dificuldade em se considerar esses modos próprios de exercer a atividade intelectual criativa nas comunidades indígenas. Em segundo lugar, em decorrência dessa miopia na constituição dos objetos da história intelectual e da cultura escrita, são menos recorrentes os estudos sobre as práticas intelectuais indígenas, assim como a produção e a preservação de documentos, acervos e arquivos que permitem a colocação de novos problemas de pesquisa. Tanto no passado, quanto no presente, situações como essa narrada por Baldus demonstram a insensibilidade com a dificuldade muitas vezes apresentada pelos indígenas ao tentar encontrar palavras em português que expressem os mesmos valores pensados para sua cultura, em suas próprias linguagens.

Ao não se considerar o intelectual indígena, cria-se uma ilusão de que não há documentos e fontes, ou que nos acervos já existentes nada se diz sobre isso, conseqüentemente, não haveria história intelectual indígena ou pouco se poderia dizer sobre as suas experiências orais, escritas ou artísticas. Em alternativa, no presente artigo, pretende-se contribuir não apenas no apontamento de caminhos para o estudo das práticas intelectuais indígenas na Fronteira Sul, mas também demonstrar a necessidade do desenvolvimento de pesquisas que permitam verificar o protagonismo indígena também na história intelectual e no mundo da cultura escrita.

Deste modo, para uma história das práticas da escrita na Fronteira Sul, antes de tudo, é preciso também tratar das práticas orais e de leitura, já que oralidade e cultura escrita, segundo Walter Ong, devem ser abordadas sincrônica e diacronicamente ou historicamente, dado que culturas orais e quirográficas coexistiram num dado período e que essas últimas, ou seja, as culturas escritas, nasceram na oralidade e na sua relação com ela.⁵

Portanto, para o desenvolvimento de uma história da cultura escrita que tenha em conta a análise de documentos preservados nos arquivos produzidos nos períodos de maior intensidade do processo de colonização da região no século XX, parece necessário recuar um pouco mais no tempo para observar também os diferentes significados da introdução de práticas de leitura e escrita desde os primeiros contatos dos indígenas com os colonizadores. Considera-se que, para o desenvolvimento de pesquisas sobre os acervos de correspondências públicas e privadas, bibliotecas públicas e particulares, epistolários, processos de escolarização, documentos relativos à colonização e à história dos intelectuais e da imprensa local, pós-coloniais, é necessário buscar experiências pretéritas de modo a ampliar a análise dos problemas que o presente nos coloca em relação à história indígena.

Com a colonização das regiões de fronteira do Brasil Meridional, desde o final do século XIX, intensificada a partir das primeiras décadas do século XX, ao se introduzirem aí inúmeras famílias de imigrantes de origem europeia, principalmente italiana, alemã e polonesa, vindas das antigas colônias do Rio Grande do Sul e uma menor parte vinda diretamente da Europa no

⁵ ONG, Walter. *Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra*. Campinas, SP: Papyrus, 1998, p. 9-10.

entre-Guerras, é verdade que as práticas de leitura e escrita serão mais disseminadas em decorrência do crescimento populacional, da circulação de jornais, da urbanização e da ampliação da escolarização. Porém é preciso considerar também os intelectuais nativos. Importa analisar os usos que foram feitos das práticas artísticas, orais, de leitura e de escrita entre indígenas e “caboclos” que já residiam na região, tendo em conta os significados políticos e éticos da escrita e das práticas religiosas e intelectuais nos tempos nefastos de perseguição, desapropriação e escravidão.⁶

Por isso, antes de prosseguir na análise da história da relação com a escrita entre as populações que viveram antes e depois dos processos de colonização e seus desdobramentos conflituosos, como no caso dos episódios narrados pelo indígena Avelino Francisco – o escrivão que assina a carta apresentada na abertura do presente artigo –, é importante recuar no tempo para observar as práticas intelectuais indígenas e analisar os modos pelos quais a escrita entra no universo cultural das sociedades “ágrafas” ou “pré-letradas” que já habitavam o Sul do Brasil. Recuar no tempo é também um meio de fomentar e ampliar o quadro de referências para o exame das práticas mais recentes ligadas à cultura escrita, tais como a epistolografia, a história da imprensa, a história intelectual e das práticas artísticas, orais e poéticas que se forjaram na região.

Grande parte dos territórios que integram a região hoje denominada Fronteira Sul foi objeto de diversas disputas – da Colônia à República – nas quais Portugal e Espanha, Brasil e Argentina, Paraná e Santa Catarina, em diferentes momentos, estiveram em polos opostos no jogo das definições das fronteiras internacionais e federativas, gerando conflitos fratricidas como as Guerras Guaraníticas no século XVIII, ou a Guerra do Contestado (1912-1916), entre tantos outros desdobramentos já amplamente analisados pela historiografia. Durante o Estado Novo (1937-1945), parte das regiões de fronteira à sudoeste do Paraná e oeste de Santa

⁶ A categoria “caboclo”, em diversas regiões do Brasil, principalmente nas regiões Amazônicas, está ligada aos mecanismos de deslocamento linguístico que transformaram o “índio tribal” monolíngue em língua vernácula em “caboclo” monolíngue em português. Cf.: FREIRE, José Ribamar Bessa. *Da língua geral ao português: para uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia*. 2013. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) – Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Na história dos usos sociais das línguas e das formações identitárias e étnicas, caboclo foi utilizado, principalmente no Sul do Brasil, geralmente como exo-denominação dos grupos luso-brasileiros e grupos miscigenados e, também por isso, foi considerado pejorativo. Ao estudar os trabalhadores da erva-mate na região de Ponte-Serrada e Vargeão, em Santa Catarina, lugar em que o contato e os conflitos territoriais entre colonos e nativos foi determinante para as novas configurações das fronteiras étnicas, a antropóloga Arlene Renk defende o uso do termo “brasileiros” para designação daquelas comunidades, valorizando assim a endo-denominação que marca uma atribuição categorial própria do grupo. Frente aos colonos “italianos”, a auto-identificação “brasileiro” adotada pelos nativos está relacionada à própria disputa pela terra e à negociação das fronteiras identitárias, tendo assim, de um lado, o “italiano” – “estrangeiro” para os nativos –; e, de outro, o “brasileiro”, a endo-denominação. Na visão desses últimos, se a terra era do Brasil, logo, pertencia aos “brasileiros”. Segundo a autora, “optar pela atribuição externa [caboclo] seria reificar uma identidade heterônoma, construída pelos colonizadores e carregada de atributos negativos”. Para ela, “preferir a auto-identificação àquela atribuída, seria dar voz e presença ao discurso nativo”. RENK, Arlene. *A luta da erva: um ofício étnico no oeste catarinense*. Chapecó, SC: Grifos, 1997, p. 13-14. Já o historiador Telmo Marcon, em seus diversos estudos sobre a “cultura cabocla” no oeste catarinense, especialmente na localidade de Goio-En, não encontrou resistência ao emprego do termo pelos membros das comunidades por ele estudadas. MARCON, Telmo. *Memória, história e cultura*. Chapecó, SC: Argos, 2003.

Catarina, foram convertidas no Território do Iguacú (extinto em 1946), no contexto das políticas da "Marcha para oeste", esse, um evento menos estudado.⁷

Mais recentemente, as regiões de fronteira do Brasil Meridional voltaram a ser alvos dos debates em torno da compreensão da noção política de região, porém, agora, fora de um contexto de criação de novos territórios federativos, mas no âmbito do debate da necessidade de retomada das políticas de desenvolvimento regional voltadas à redução das desigualdades regionais por meio de planos nacionais de desenvolvimento e reordenamento conceitual do território no sentido de mapear o desequilíbrio na distribuição de investimentos públicos. Durante muito tempo fora da pauta da agenda governamental, tendo em parte sido consideradas na Constituição de 1988, essas políticas foram retomadas em âmbito nacional, a partir de 2003, com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, institucionalizada em 2007 e em atuação até meados da segunda década de 2000. O programa foi conduzido pelo extinto Ministério da Integração Nacional. Entre essas políticas, destaca-se a criação de uma tipologia de identificação de microrregiões e mesorregiões prioritárias definidas pelos indicadores de renda e pelo dinamismo da taxa geométrica de variação dos produtos internos brutos municipais por habitante. Em decorrência desses diagnósticos, foram criadas 13 mesorregiões no Brasil, identificadas como espaços com características socioeconômicas comuns e baixo índice de desenvolvimento. Entre os objetivos, estava o de desenvolver políticas que contribuíssem para minimizar as desigualdades regionais.⁸

Dentre essas regiões, está a Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul (**Figura 1**). Uma das políticas a ela e a outras direcionadas, foi aquela que proporcionou a criação de universidades federais em locais estratégicos nestas regiões desassistidas. No caso aqui em particular, a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) foi institucionalizada em 2009 e teve suas atividades letivas iniciadas em 2010.⁹

O que se quer dizer com esse breve resumo das diversas configurações por que passaram as fronteiras regionais do Brasil Meridional é que, embora aqui se adote uma nova denominação para um recorte espacial regional, tem-se a compreensão de que as práticas culturais, as fronteiras identitárias e as relações com o meio ambiente em uma determinada

⁷ Cf.: LOPES, Sérgio. *O território do Iguacu no contexto da "Marcha para oeste"*. Cascavel, PR: Ed. Unioeste, 2002; e, LIBERALI, Ricardo Vergilio; HASS, Monica. *Território Federal do Iguacu: a página esquecida de nossa historiografia regional*. 2000. Monografia (Especialização em História Regional) – Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba (SC).

⁸ CARGNIN, Antônio Paulo. Política Nacional de Desenvolvimento Regional e Repercussões no Rio Grande do Sul. *Mercator*, Fortaleza, v. 13, n. 1, 2014, p. 21.

⁹ Os campi da UFFS estão distribuídos numa região que "abrange o Norte do Rio Grande do Sul, o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná" e está localizada "em área de fronteira com a Argentina e compreende 381 municípios, com área total de 139 mil Km² e população de 3,7 milhões de habitantes" (dados de 2010)". ZARTH, Paulo. Fronteira Sul: história e historiografia. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir; ZARTH, Paulo (Orgs.). *História da Fronteira Sul*. Porto Alegre; Chapecó, SC: Letra & Vida; UFFS, 2015, p. 9-10. Com a criação da UFFS, foi-se generalizando a denominação Fronteira Sul que é hoje um termo, digamos, institucionalizado na prática acadêmica, já que é amplamente utilizado nas pesquisas desenvolvidas na UFFS nos últimos anos, existindo também disciplinas no currículo dos cursos de graduação e pós-graduação, como o componente curricular "História da Fronteira Sul", presente no currículo de diversos cursos de graduação como disciplina de domínio comum, e "A Fronteira Sul do Brasil", disciplina do Mestrado em História estabelecido no Campus de Chapecó.

comunidade não estão restritas a uma fronteira política. É um truísmo dizer que as fronteiras políticas não são balizas intransponíveis que encerram conjuntos limitados de valores éticos e morais em um determinado território, pois as práticas culturais podem ser muito diversas num determinado espaço, ou se estender para além da constituição política dos territórios federativos e das tipologias geoespaciais. Mesmo em história ambiental, tendo-se a natureza como objeto, se reconhece, principalmente na longa duração, a “influência mútua entre natureza e sociedade”, tanto ao rejeitar a “suposição de que a experiência humana seja isenta de restrições naturais, de que a humanidade constitui um uma espécie única e isolada”, quanto ao reconhecer as “consequências ecológicas das ações humanas”.¹⁰ Como exemplo da compreensão desta influência mútua entre natureza e sociedade nas ciências humanas, podem ser destacados estudos interdisciplinares recentes que demonstram a contribuição dos povos Jê meridionais para a expansão da Floresta de Araucária no planalto sulino pré-colonial. A comparação dos conhecimentos arqueológicos com registros palinológicos aponta para a ação humana como parte dos condicionantes necessários à expansão das florestas do chamado pinheiro-do-paraná (*Araucaria angustifolia*), espécie de árvore “jurássica”, cuja semente, o pinhão, era alimento importante na dieta daqueles povos. As análises dos assentamentos de grupos Proto-Jê demonstram a contribuição significativa destas sociedades complexas para a expansão da Floresta de Araucária, inclusive em períodos nos quais o clima foi desfavorável à expansão natural.¹¹

Assim, também nas abordagens da história das culturas indígenas e dos grupos étnicos regionais e suas práticas orais e escritas, a compreensão de que as fronteiras culturais excedem as fronteiras político-territoriais e ambientais está cada vez mais evidente, inclusive o conhecimento da historicidade dessa condição demonstra o quanto as ações sociais interferem na paisagem ambiental e definem fronteiras territoriais e culturais alternativas, diferentes daquelas impostas pela natureza ou definidas pelas abstrações políticas ou cartográficas.

¹⁰ MARTINS, Marcos Lobato. História e meio ambiente. In: HISSA, Cássio Eduardo Viana (Org.). *Saberes ambientais*. Desafios para o conhecimento disciplinar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008, p. 68-71, *passim*.

¹¹ Cf.: NOGUEIRA, Rafaela Vieira; SCHMITZ, Pedro Ignácio; ROGGE, Jairo Henrique. Co-evolução de cultura e ambiente na formação do Jê Meridional. *Revista Tecnologia e Ambiente*, Criciúma (SC), v. 21, n. 1 – “Dossiê IX – Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira - Regional Sul”, p. 35-44, 2015. Ver, também, o estudo realizado em parceria por arqueólogos do Brasil e do Reino Unido: ROBINSON, M. *et al.* Uncoupling human and climate drivers of late Holocene vegetation change in southern Brazil. *Scientific Report*, n. 8, art. n. 7800, 2018.

Figura 1 - Região Sul do Brasil com destaque para a Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul.



Fonte: Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Usos do Território e Dinâmicas Socioespaciais – GETESE-UFS, 2020.

2. A escrita entre os Kaingang no contato com o colonizador: considerações teóricas preliminares

Desde o final do século XV, o contato do europeu com os ameríndios, tal como é amplamente sabido, foi marcado por interesses de conquista material e simbólica das riquezas dos habitantes do Novo Mundo, bem como de submissão de seus corpos e alteração de suas culturas. Mesmo que motivações altruístas ou diletantes tenham aguçado a curiosidade de viajantes, religiosos, cronistas, etnólogos e chefes de Estado sobre os costumes e a palavra dos nativos, isto é, sobre suas práticas artísticas, orais e linguísticas, o preconceito, o menosprezo e a ignorância, infelizmente, em grande medida, sustentaram as formas de percepção da palavra do outro. Contudo, é nos resíduos materiais e imateriais das culturas dos povos originários e nas narrativas que se produziram sobre eles, que se encontram, ainda, os principais caminhos para adentrar no conhecimento das práticas orais e depois escritas nas regiões de fronteira do Brasil Meridional, principalmente, a partir do século XIX. Esses recursos auxiliam o pesquisador na colocação de problemas sobre a criação intelectual na contemporaneidade em perspectiva histórica.

Assim, para entender os processos colonizadores no Brasil, é fundamental considerar também as transformações modernas das relações entre oralidade e escrita. Sobre isso,

Andrea Daher, assinala que “as conquistas de terras e de gentes estão inscritas no que Michel de Certeau chamou de ‘economia escriturária’, em que a escrita passa a ser um novo modo de produção, de transformação e de estocagem da língua”.¹² Na era moderna, essa “economia escriturária”, segundo Daher, provoca uma disjunção entre o oral e o escrito, define um “mundo sem vozes em que emergem sociedades escritoras, produtoras de totalidades como texto”, de modo que a colonização e a conversão ao catolicismo são algumas de suas “múltiplas produções”:

Dessa “economia escriturária moderna” pode-se decalcar uma concepção negativa da escrita, na exclusão conquistadora do oral. A negatividade da escrita, atribuída numa longuíssima tradição ocidental, só faria confirmar, assim, a nostalgia de uma oralidade das origens: desde Platão e Plutarco, através de Sócrates, até Rousseau e a antropologia estrutural que lhe é tributária, à escrita é atribuída a instauração de uma divisão hierárquica entre os homens, entre os capazes de grafia e os incapazes. A oralidade foi assim identificada – com diferenças específicas, nesse longo trajeto – à memória viva, perdida com a maquinaria da atividade escritora.¹³

Em consonância com a autora, é possível dizer que essa economia escriturária necessita ser compreendida diferentemente de uma concepção negativa da escrita na exclusão conquistadora do oral, é também essa própria atividade escritora um dos lugares que se pode encontrar elementos para pensar o oral, o escrito e o intelectual, mas à ela, se soma um amplo campo de possibilidades aberto pelos estudos de uma história intelectual que pode viabilizar a análise de outras atividades, para além da atividade escritora ou em relação com ela.

As iniciativas de compreensão e dicionarização das línguas nativas foram movidas por interesses comerciais, religiosos e culturais muito mais de conquista e submissão, de hierarquização, portanto, entre os capazes e incapazes de grafia, do que como tentativa de ampla compreensão da língua e dos costumes do outro, inclusive, antes mesmo de se interessar pela palavra do outro e mesmo à revelia de uma realidade em que as línguas nativas chegaram a dominar durante muito tempo as transações comerciais nos enclaves mercantis dos colonizadores, o explorador europeu tentou impor o seu idioma, o seu modo de compreensão das palavras e das coisas. Sabe-se que entre os livros mandados aos religiosos para uso dos convertidos no Congo, em Cochim e Guiné, a partir de 1488, estavam os antigos manuais e catecismos utilizados para o ensino da doutrina religiosa e da leitura, as chamadas “Cartinhas”,¹⁴ atestando a preocupação dos portugueses na catequização e na difusão da língua portuguesa no processo de expansão marítimo-exploratória sustentado por ambições de expansão mercantil e colonizadora, mesmo antes de sua chegada na América.

Interesses prático-comerciais e teológico-políticos fizeram também aparecer os “línguas” e outros intérpretes e, durante os séculos XVI e XVII, na América, cresceu entre

¹² DAHER, Andrea. *Oralidade perdida: ensaios de história das práticas letradas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 19.

¹³ *Ibidem*, p. 20-21.

¹⁴ PINTO, Américo Cortez. *Da famosa arte da imprimissão*. Lisboa: Ulisseia, 1948, p. 247.

portugueses e espanhóis o interesse pelas línguas nativas. Mesmo assim, tendo, de um lado, o que significou a escrita para os povos que dela não faziam uso até a chegada dos europeus, e, de outro, a gramaticalização das línguas ameríndias e o aparecimento de práticas bilíngues nas comunidades indígenas, houve um processo de vernaculização do latim, isto é, de consolidação das línguas portuguesa e espanhola (das línguas vernáculas) em detrimento do latim como língua principal utilizada na produção de conhecimento na era moderna em Portugal e suas colônias. A isso se soma a intensificação dos processos de escolarização do século XIX, o que, entre outros, abriu caminho para primazia da escrita sobre a oralidade, situação que impôs dificuldades ao entendimento das práticas orais dos ameríndios e de outras comunidades de cultura marcadamente oral.

Esta contradição da convivência entre os progressos intelectuais proporcionados pela moderna manipulação escrita da língua, de um lado, e a face inevitavelmente transformadora das tradições que qualquer contato cultural proporciona, de outro, como no caso do contato dos europeus e dos ameríndios, é agravada pela hierarquia linguística expressa na defesa, por exemplo, de um suposto imperativo moral unilateral exercido ao longo da história. Esse imperativo moral que valoriza a língua do colonizador em detrimento das línguas indígenas pode ser ilustrado pela famosa afirmação do cronista português Pero de Magalhães de Gandavo, para o qual as línguas faladas na costa brasileira, ao carecerem das letras F, L e R, implicariam na ausência de Fé, Lei e Rei, o que justificaria uma espécie de "jogo de correspondências fônico-morais", como bem definiu Sérgio Alcides.¹⁵

Neste sentido, concordamos com a afirmação de Andrea Daher, em diálogo com Frank Lestringant, de que é "difícil, no que diz respeito aos relatos 'antigos', calcados, de modo geral, na primazia da escrita e das Escrituras, escapar ao logocentrismo etnocêntrico".¹⁶ Assim, o desafio é encontrar meios de compreensão não apenas das atividades intelectuais indígenas através destes relatos antigos, mas também dessa "oralidade perdida" de que nos fala Daher. Neste sentido, os usos da escrita, a problematização da alfabetização e da educação mono ou bilíngue para os indígenas e o surgimento de uma literatura indígena, são atividades que precisam ser relacionadas com a oralidade e com o bilinguismo.¹⁷

O estudo da história da cultura escrita na Fronteira Sul e dos usos políticos presentes nas práticas à ela relacionadas requer uma abordagem mais ampla e mais recuada no tempo para encontrar os lugares da escrita, da oralidade e da leitura nas relações entre colonizadores

¹⁵ GANDAVO, Pero de Magalhães de. *História da Prouincia Santa Cruz, A que vulgarmente chamamos Brasil, feita por Pero de Maganhães de Ganavo, dirigida ao muito illustre Senhor Dom Leoni Pereira, Governador que foi de Malaca e das mais partes do Sul na India*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1858, p. 44; ALCIDES, Sérgio. F, L e R: Gândavo e o ABC da colonização. *Escritos*, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, ano 3, n. 3, 2009, p. 39.

¹⁶ DAHER, Andrea. *Oralidade perdida... Op. cit.*, p. 21.

¹⁷ Conferir, por exemplo: BARROS, Maria Cândida Drumond Mendes. Educação bilíngue, linguística e missionários. *Em Aberto*, Brasília, ano 14, n. 63, jul.-set. 1994; D'ANGELIS, Wilmar da Rocha; VEIGA, Juracilda. Bilinguismo entre os Kaingang: situação atual e perspectivas. In: MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco; TOMMASINO, Kimiye (Orgs.). *Uri e Wãxi: estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina, PR: Ed. UEL, 2000, p. 307-326; D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. *Como nasce e por onde se desenvolve uma tradição escrita em sociedades de tradição oral?* Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2007.

européus ou luso-brasileiros e ameríndios, entre colonos e nativos. Por isso, uma alternativa de análise do problema passa também pelos períodos colonial e imperial, por episódios que possam revelar diferentes formas de relação dos sujeitos com a escrita na história da colonização na América Meridional. Desde Chrisanto Nerenda, o “índio historiador” missioneiro, chegando aos leitores de *O Xapecó*, jornal editado pelo Capitão Bernardino Bormann e impresso na Colônia Militar de Chapecó, instalada em Xanxerê, em 1882, existem diversos documentos e eventos que assinalam a possibilidade de uma história das culturas escritas e orais e uma circulação de manuscritos e impressos, ainda que precária, nas fronteiras meridianas da América do Sul. Esses documentos e eventos apontam para usos específicos, autônomos e políticos das práticas de leitura e escrita como forma de atuação nos conflitos decorrentes do processo de colonização.

Nas últimas décadas, tem crescido o interesse nos usos da escrita entre os indígenas que, nos tempos das Guerras Guaraníticas, revelou um “Guarani diplomático e insurrecto”, como bem definiu Bartomeu Melià (1932-2019). Aliás, é este pesquisador, jesuíta e antropólogo espanhol, quem assinou trabalhos de notável contribuição aos estudos dos usos políticos da escrita entre os Guarani do período colonial. Além de ter traduzido textos elementares para a análise da escrita entre os ameríndios, desde os anos 1960, Melià se dedicou intensamente na divulgação de documentos e análises profundas da língua e da cultura Guarani. Trata-se de uma obra extensa, cabendo aqui lembrar, a título ilustrativo, um trabalho mais próximo aos propósitos do presente estudo como o texto “Uso político de la escritura entre los Guarani coloniales” que analisa documentos diversos escritos por indígenas nas Missões, inclusive, a *Carta de los Indios de San Miguel*, que Melià traduziu para o francês e publicou, ainda em 1967, no *Journal de la Société des Américanistes*.¹⁸

Ao contrário do que se acreditava até algumas décadas atrás, os Guarani da região das Missões foram protagonistas no uso da escrita, tal como demonstram as cartas que assinaram nas negociações das Guerras Guaraníticas. Essas cartas não eram meramente ditadas pelos jesuítas.¹⁹ A passagem de uma “oralidade primária” – quando a voz impera sem contato com a escrita, para uma “oralidade mista” – quando a escrita coexiste com a voz,²⁰ no caso das populações ameríndias sul-americanas, em grande medida, ocorreu desde os primeiros contatos dos jesuítas com os ameríndios, sobretudo pela centralidade da ação catequética de cristianização pela palavra. Durante o século XVII, pela ação evangelizadora dos jesuítas e pelo ensino das *artes y oficios* nas reduções, os Guarani conquistaram o alfabeto e por meio da

¹⁸ MELIÀ, Bartomeu. Uso político de la escritura entre los Guarani coloniales. In: D’ANGELIS, Wilmar da Rocha; VASCONCELOS, Eduardo (Orgs.). *Conflicto indígena e direito das minorias indígenas*. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2011, p. 13-44; MELIÀ, Bartolomé. Quand les Indiens Guarani ont fait entendre leur voix... (Deux lettres inédites de 1753). *Journal de la Société des Américanistes*, t. 56, n. 2, 1967, p. 622-628.

¹⁹ NEUMANN, E. S. Os guaranis e a razão gráfica: cultura escrita, memória e identidade indígena nas reduções – séculos XVII & XVIII. In: KERN, Arno Alvarez; SANTOS, Maria Cristina dos; GOLIN, Tau (Dir.). *Povos Indígenas*. Passo Fundo, RS: Méritos, 2009, p. 247-248. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

²⁰ ZUMTHOR, Paul. La permanencia de la voz. *El Correo Unesco*, Paris, n. 8, ago. 1985, p. 5.

“prática da *reescrita Cristã*, ou de tradução, os índios foram iniciados na reinvenção de seu idioma, estimulando o exercício de recriação linguística e estilística”, participando inclusive da elaboração de obras de caráter devocional e de estudo das línguas indígenas como vocabulários, catecismos e gramáticas.²¹

Os estudiosos concordam que, apesar de um antigo contato com a escrita, até onde se sabe, a maior parte dos ameríndios passaram muito tempo sem se interessar por ela. Muito embora houvesse grande desenvolvimento de estudos, concretamente, a escrita passou a interessar, ou pelo menos, passou a ser mais utilizada entre os indígenas, somente no século XX, a despeito da produção de gramáticas e catecismos Brasil colonial. O Tupi foi reduzido à “língua geral”, como se pode observar nos trabalhos de Jean de Léry e dos capuchinhos franceses Claude D’Abbeville e Yves d’Evreux, e nos esforços dos jesuítas portugueses, notadamente de José de Anchieta. O Guarani, no Guairá e nas Missões, é atravessado pela ação dos jesuítas espanhóis, com destaque para os trabalhos do Pe. Antonio Ruiz de Montoya.

Sabe-se que a catequização, a escolarização primária e a alfabetização no Brasil colonial estiveram bastante atreladas às práticas orais até começos do século XIX, sendo comum, tanto na Europa quanto na América, aprender primeiramente a ler e depois a escrever. Esta situação deixava muita gente no meio do caminho entre a leitura e a escrita e não raro haviam aqueles que sabiam ler, mas não escrever. Os catecismos que circularam no Brasil no período colonial e em boa parte do período imperial também foram utilizados para o ensino da leitura e ainda guardavam características advindas das formas orais do discurso, com predominância de gêneros textuais como a carta, o diálogo de perguntas e respostas ou entre personagens e outros recursos favoráveis à memorização como acrósticos e rimas. Práticas como essas estavam imersas num regime em que predominavam a leitura a meia voz ou em voz alta, sendo a leitura silenciosa uma atividade ainda em consolidação. Nos rituais religiosos ou na catequização, por exemplo, as leituras comunitárias, marcadas pela oralização, incluíam um grande número de pessoas, leitores-ouvintes por assim dizer, enquanto que a escrita, por sua vez, era restrita a poucos que a utilizavam, em geral, profissionalmente. As inovações metodológicas dos novos manuais para o ensino das “primeiras letras” contribuíram, ao longo do Império, para uma maior laicização da alfabetização e um maior desprendimento das práticas orais.²²

Portanto, mesmo com o aparecimento de um novo “leitor” como o catecúmeno, as formas de transmissão exigiam que os catequizandos recorressem às práticas de escutar, memorizar e recitar como forma de introjeção de uma cultura católica mínima.²³ Os Jesuítas,

²¹ NEUMANN, E. S. Os guaranis e a... *Op. cit.*, p. 249.

²² Sobre as relações das práticas catequizadoras, escolares e alfabetizadoras com as práticas orais, cf.: VOJNIAK, Fernando. Condições de produção do livro escolar de primeiras letras no Império: oralidade, leitura e escrita. In: *O Império das Primeiras Letras: Uma História da Institucionalização da Cartilha de Alfabetização no Século XIX*. Curitiba: Appris, 2019, p. 43-107.

²³ Sobre as práticas orais, as práticas de leitura e as diferentes formas de apropriação do discurso, sejam as apropriações coletivas, individuais ou auriculares, existem inúmeras referências já consolidadas no meio acadêmico. Apenas para lembrar alguns dos estudos mais importantes assinala-se: ZUMTHOR, Paul.

mesmo utilizando a escrita nas línguas dos ameríndios para a realização do trabalho missionário, não deixaram de empregar a transmissão oral como meio de espalhar sua doutrina.²⁴ Assim, se a prática da escrita na era moderna já era bastante rara, enquanto que a apropriação auricular era bastante comum entre as populações do ocidente, entre os indígenas não foi diferente.

Essas práticas ancoradas na oralidade não são, portanto, uma exclusividade das culturas cristãs ocidentais. A verbalização ligada ou não a diversos gêneros textuais favoráveis à memorização e a vocalização de diferentes poemas do universo sonoro empregados nas rezas, nas canções religiosas, nos rituais fúnebres e nos cultos, são reconhecidas, assim, em muitíssimos grupos culturais. Um exemplo disso pode ser observado nas canções do ritual Kaingang do Kikikoi, principal ritual tradicional do grupo, durante muitas décadas reprimido pelo SPI e por religiões cristãs e neopentecostais. Em um importante registro etnológico e áudio-fotográfico de um dos últimos rituais do Kikikoi realizado na Área Indígena Chapecó, Kimyie Tommazino e Jorgisnei Ferreira de Rezende puderam constatar que “os textos cantados são rezas transmitidas por várias gerações pela tradição oral e são cantadas no kaingang arcaico, dificultando a sua tradução até mesmo pelos rezadores”.²⁵

Importante entender a realidade de cada objeto aqui em análise: se a leitura e a escrita eram, de modo geral, práticas raras e mesmo nas reduções jesuíticas das Missões, a alfabetização e a escolarização, apesar de serem massivas no começo e com o tempo passassem a se caracterizar também por um “certo espírito elitista”,²⁶ não se pode deixar de observar também as particularidades das línguas e do bilinguismo entre os ameríndios. Na costa brasileira, o tupi perdeu força e, não apenas o genocídio fez desaparecer centenas de comunidades indígenas, conseqüentemente a prática de centenas de dialetos, mas também a consolidação da língua portuguesa contribuiu para a restrição das práticas dos idiomas nativos. A realização de casamentos interétnicos, a urbanização e a escolarização também foram fatores determinantes. Uma coisa é a sobrevivência da língua e sua prática cotidiana, outra é a escrita e a leitura nesse idioma.

Há ainda o problema do bilinguismo. Nesse caso, dois cenários diferentes tomam forma: no caso do Brasil, mesmo com o esforço dos inicianos no estudo do Tupi, essa língua não foi amplamente disseminada, afinal, o estudo, a gramaticalização, a dicionarização da “língua geral” e a produção de catecismos e escritos da doutrina católica, no período colonial e imperial, eram quase que exclusivamente destinadas aos catequistas e, nas escolas de

A letra e a voz. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; ZUMTHOR, Paul. *Introdução à poesia oral*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010; CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Ed. UnB, 1999; CHARTIER, R. *Do palco à página: publicar teatro e ler romances na época moderna (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002. No Brasil Colônia, essas questões são amplamente estudadas por João Adolfo Hansen, especialmente em: HANSEN, J. A. *Leituras coloniais*. In: ABREU, Márcia (Org.). *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas, SP; São Paulo: Mercado das Letras; Associação de Leitura do Brasil; FAPESP, 1999.

²⁴ D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. *Como nasce e... Op. cit.*, p. 8.

²⁵ TOMMASINO, Kimiye. *Kikikoi: ritual dos Kaingang na área indígena Xaçapó/SC: registro áudio-fotográfico do ritual dos mortos*. Londrina: Midiograf, 2000, p. 11.

²⁶ MELIÀ, Bartolomeu. *Apud: D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Como nasce e... Op. cit.*, p. 11.

primeiras letras, ensinava-se a ler, escrever e contar em português e latim, desenhando-se uma situação na qual as línguas indígenas eram predominantes nas comunidades mais isoladas, porém muito pouco escritas, e, nas regiões de maior contato, prevalecia o português e raramente o bilinguismo. No caso da ação jesuítica nas Missões, durante algum tempo, predominou o idioma Guarani como língua ordinária e até literária. Wilmar da Rocha D'Angelis esclarece essa distinção:

Enquanto que no caso dos Tupi do litoral e de São Paulo as escolas jesuíticas participavam de um cenário colonial que colocava a aldeia indígena e o colonizador no mesmo espaço, ou em espaços muito próximos, as reduções jesuíticas entre os Guarani, embora parte de um projeto colonial espanhol, encontravam-se o mais das vezes bastante distantes e com contatos muitíssimo tênues e esporádicos com a população de fala castelhana. Quase sempre um visitante não-índio a qualquer redução só podia entender-se diretamente com os missionários, a não ser que também falasse Guarani.²⁷

Contudo, ainda de acordo com D'Angelis, "a escrita operou em Guarani, ao que se sabe, apenas enquanto perdurou o sistema colonial das reduções".²⁸ Os estudiosos das línguas indígenas como Melià e D'Angelis concordam que, de maneira geral, apesar de um antigo contato com a escrita, de fato, os ameríndios passaram muito tempo sem se interessar por ela. Apesar de sobreviverem, serem faladas, as línguas indígenas são muito pouco escritas, inclusive no Paraguai, em que predomina o Guarani. Bartomeu Melià oferece uma explicação:

À medida que se é mais bilíngue, menos se escreve em uma das línguas. E concomitantemente, se bem que não mecanicamente, se desestimula a leitura em tal língua. O bilinguismo diglósico não enfraquece automaticamente a variedade linguística 'baixa' mas penso que de fato conspira contra sua escrita e sua leitura.²⁹

Se contamos com um rico e volumoso *corpus* textual jesuítico e com relatos franceses sobre a língua tupi no período colonial, sobre os quais importantes estudos já foram realizados, tais como *A civilização pela palavra* e *A Oralidade perdida*, então as novas organizações sociais indígenas e sua relação com a escrita, que se formaram nas regiões de fronteira do Sul do Brasil, a partir do século XIX, não podem ser isoladas das experiências coloniais anteriores, se o objetivo for uma ampla compreensão das culturas escritas daquelas populações dos Campos de Palmas, do sudoeste do Paraná e do noroeste do Rio Grande do Sul, cuja conquista, pelos luso-brasileiros, dá início aos processos de ocupação e grilagem de terras dos territórios indígenas.³⁰

Mas se os estudos históricos da cultura escrita entre os Kaingang ainda são raros, os arquivos e documentos que podem ser explorados pelo viés de uma história da cultura escrita são bastante diversos e estão cada vez mais acessíveis aos pesquisadores, devido à crescente

²⁷ D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. *Como nasce e... Op. cit.*, p. 10.

²⁸ *Idem.*

²⁹ MELIÀ, Bartolomeu. *Apud*: D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. *Como nasce e... Op. cit.*, p. 12.

³⁰ HANSEN, João Adolfo. *A civilização pela palavra*. In: *500 anos de educação no Brasil*. [S. l.]: [s. n.], 2007; DAHER, Andrea. *Oralidade perdida... Op. cit.*

disponibilização de cópias digitalizadas em bases de dados *online*.³¹ É claro que também já estão bastante desenvolvidos os estudos linguísticos, culturais, etnológicos e de história dos modos de vida das etnias pertencentes à família linguística Macro-Je, à qual pertence a língua dos Kaingang, etnia indígena mais numerosa na Fronteira Sul e uma das mais numerosas do Brasil. Entretanto, mais especificamente sobre uma abordagem histórica das relações dessas comunidades com a cultura escrita, a oralidade, a leitura e a atividade intelectual, os estudos são mais escassos, mas é necessariamente a partir dos trabalhos já existentes, mesmo que tratem de temáticas diversas, que o estudo da cultura escrita deve principiar.

Neste sentido, cada vez mais, antropólogos, linguistas e historiadores se interessam pela história dos povos nativos, não apenas por meio do estudo de escritos sobre os ameríndios, mas também de textos que eles próprios escreveram. Entretanto, sabemos ainda muito pouco sobre as condições da história das práticas orais, escritas e intelectuais entre os Kaingang.

3. Usos políticos da escrita entre os Kaingang

A carta dos indígenas de Palmas, de 1933, citada na introdução deste texto, suscita naturalmente um questionamento a respeito das condições das práticas de leitura e escrita entre os indígenas na região. De acordo com Wilmar da Rocha D'Angelis, no período colonial e mesmo no período imperial, a rigor, os indígenas parecem ter feito pouco uso da escrita como um instrumento de sua luta.³² Entretanto, se faz necessário considerar as honrosas exceções dos indígenas missionários que chegaram a utilizar a escrita a favor de seus interesses nas guerras guaraníticas. Ainda assim, é bastante plausível o fato de que, de maneira geral,

a despeito de o Guarani e o Tupi terem sido escritos e, até, impressos em várias obras já nos séculos XVI e XVII, e a pesar de índios terem sido alfabetizados então, a escrita em língua indígena não correspondeu a uma necessidade e interesse das sociedades indígenas do Brasil durante aqueles séculos, e sequer no séc. XIX e maior parte do século XX.³³

Entre os Kaingang, na região dos Campos de Guarapuava e Palmas, o contato mais intenso com os brasileiros e luso-brasileiros acontecerá somente nas primeiras décadas do século XIX. A expansão das frentes pastoris que parte dos campos de Curitiba em direção aos campos de Guarapuava, depois de fracassada a missão de conquista daqueles campos, em

³¹ Além de diversas coleções já digitalizadas nos arquivos públicos dos estados da região Sul e de São Paulo, como os *Relatórios dos Presidentes das Províncias*, e também coleções e fundos do Arquivo Nacional e do Museu do Índio, no Rio de Janeiro, que podem ser importantes nos estudos de história regional e indígena, no que se refere à história da cultura escrita, se destacam a Biblioteca Digital Kurt Nimuendaju (<http://www.etnolinguistica.org/>), com um importante acervo de conteúdo sobre línguas e culturas indígenas sul-americanas e o LANGAS (Lenguas generales de América del Sur) que realiza divulgação e tradução online de documentos escritos em algumas línguas indígenas como Guarani, Quechua e Tupi. Essas traduções estão disponíveis na base LANGAS (www.langas.fr.cnrs).

³² D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. *Como nasce e... Op. cit.*, p. 6.

³³ *Ibidem*, p. 12.

1771, por Afonso Botelho, será concretizada, a partir de 1809, sob o comando do Tenente Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal.³⁴ Mais tarde, essas incursões se expandirão, ao sul, para os Campos de Palmas, em direção à margem direita do rio Uruguai, e, na margem esquerda, para os campos ao norte do Rio Grande do Sul. Nessa época, até 1828, nos Campos de Guarapuava, a catequese dos Kaingang era dirigida pelo Padre Francisco das Chagas Lima (1757-1832) que, por vezes, também dirigiu o Aldeamento de Atalaia, um dos últimos aldeamentos regidos pela capitania de São Paulo.³⁵ No entanto, assim como no período colonial, em relação aos milhares de povos indígenas brasileiros, a catequese entre os Kaingang, ao longo do Império, muito pouco fez para a introdução de práticas de leitura e escrita entre os indígenas aldeados, enquanto que a penetração do homem branco agravava o processo de desterritorialização dos Kaingang dos seus *Koran-bang-rê*.³⁶

A catequese que se tentou impor aos Kaingang se resumia à realização de batizados e casamentos e funcionava também como um meio de evitar a poligamia e as crenças animistas, buscando introduzir os costumes dos colonizadores, notadamente a exploração do trabalho escravizado e semi-escravizado, a crença monoteísta cristã em um único ser supremo, valores básicos da religiosidade cristã. Nos relatos de Francisco das Chagas Lima, em relação às primeiras décadas do século XIX, nada autoriza a confirmar algo no sentido de práticas de ensino de primeiras letras, ou de alfabetização, tal como denominamos atualmente, não obstante seu esforço em estudar a língua Kaingang, uma vez que, na sua "Memoria sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava", publicada em 1842, esboçou aqueles que são considerados como "o primeiro registro *publicado* sobre a língua Kaingang" e também teria sido Chagas Lima, segundo os especialistas, o provável autor do "Vocabulário da lingua bugre".³⁷ Publicada em 1842, o *Vocabulário* de Chagas Lima é considerado "o melhor documento para o conhecimento da língua Kaingang *produzido no Brasil no século XIX*".³⁸

São iniciativas de comunicação, como dito acima, que tinham o intuito de facilitar a introdução da catequese nas populações indígenas, por meio da tradução da doutrina cristã, num processo altamente relacionado às práticas orais, mas não se configuravam como algo que pudesse colaborar significativamente para o desenvolvimento de práticas de leitura e

³⁴ SOUZA, Almir Antônio de. *Armas pólvora e chumbo: a expansão luso-brasileira e os índios do planalto meridional*. Guarapuava, PR: Ed. Unicentro; Ed. UFPR, 2015, p. 47-52.

³⁵ TAKATUZI, Tatiana. *Águas batismais e santos óleos: uma trajetória histórica do aldeamento de Atalaia*. 2005. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, p. 1.

³⁶ *Koran-bang-rê* ou *Coranbang-rê*, era a forma como os Kaingang denominavam os campos do Brasil Meridional. Segundo Telêmaco Borba, *Coran* na língua Kaingang significa "dia ou claro", *bang* ou *bong* significa "grande" e *rê* "campo". BORBA, Telemaco. *Actualidade Indígena*. Curitiba: Typ. e Lytog. a vapor Impressora Paranaense, 1908, p. 36, 37. Cf.: MOTTA, L. T. O processo de desterritorialização dos índios Kaingang nos *Koran-bang-rê*. In: MOTTA, M. M. M.; OLINTO, B. A.; OLIVEIRA, O. (Orgs.). *História agrária: propriedade e conflito*. Guarapuava, PR: Ed. UNICENTRO, 2009.

³⁷ LIMA, Francisco das Chagas. Memoria sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava. *Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. IV n. 13, 1842, p. 43-64; Vocabulário da lingua bugre. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*, Rio de Janeiro, t. XV, n. 5, p. 60-77, 1842.

³⁸ D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. *Apud*: RIBEIRO, Eduardo Rivail. O catecismo Purí do Pe. Francisco das Chagas Lima. *Cadernos de Etnolinguística*, v. 1, n. 1, p. 1-4, jan. 2009, p. 2.

escrita, seja em português, ou, mais improvável, nas línguas indígenas. Neste sentido, na sua *Memória*, o Padre Chagas Lima assinala que

o recurso que havia para se poder comunicar com eles [os indígenas] era o de tomar por interprete o Indio de nome Pahy, o qual pela conversão entre nós de seis mezes, já soltava, ainda que toscamente, algumas palavras portuguesas, e assim pela comunicação colhemos a significação de alguns dos seus vocabulos. Procurou desterrar d'elles todos os erros da sua crença e barbaridade, fazendo-lhes catechismos, e exhortando-os, depois que se baptizavam, procurando supprir as suas necessidades temporaes, designando-lhes os seus estabelecimentos, dispendendo com eles do que lhe restava da sua parca sustentação, para assim os fazer mais atentos a *ouvirem* e *observarem* a doutrina christã.³⁹

Mesmo assim, embora a expansão da colonização nos campos e matas do Brasil Meridional tenha contribuído para subjugar os indígenas, não sem a forte resistência de muitos grupos, é pela atuação do colonizador que os Kaingang serão colocados em contato com as práticas simbólicas e materiais da cultura cristã e, por conseguinte, da cultura escrita, por meio de impressos, imagens, cantos e pela própria tecnologia escrita. Nos trabalhos de catequizaçã dos Kaingang dos Campos de Guarapuava, realizados a partir de 1810, o Padre Chagas Lima assinalava que, para atrair os indígenas à catequese, preparava "prêmios" aos que

viesses á doutrina, taes como rosarios, veronicas, estampas de santos, missangas, fitas, espelhos e outras quinquilharias; e assim eram diariamente convocados para a Igreja ao toque do sino, grandes e pequenos de ambos os sexos; e por este modo *recitavamos juntos* as sagradas preces e doutrina em portuguez, aproveitando esta ocasião que mais se congregavam. *A explicação da doutrina* se dava com os termos que pouco a pouco já se havia colhido da sua linguagem, procurando para phrases, comparações e emblemas proporcionados á capacidade dos *ouvintes*.⁴⁰

A partir dos anos 1840, se intensificaram os esforços das milícias imperiais e de fazendeiros na abertura do caminho de ligação dos campos de Guarapuava às Missões, como forma de dinamizar a comunicação e o escoamento de produtos argentinos, paraguaios e brasileiros. Com o estabelecimento de novas fazendas ao sul de Guarapuava, nos Campos de Palmas e no norte do Rio Grande do Sul, foram também crescendo os contatos dos indígenas com esses novos habitantes que avançavam em direção a seus territórios, proporcionando naturalmente os primeiros contatos com a cultura escrita. Talvez o primeiro registro referente a "aulas de primeiras letras" tenha sido um ofício de Antônio da Rocha Loures ao Presidente da Província de São Paulo, de 07 de Abril de 1833, em que assinala que o indígena de nome Miguel Mori era "alluno na Aula de primeiras letras".⁴¹

Depois da volta dos Jesuítas ao Brasil, as atividades inicianas são reiniciadas, a partir de 1842, na província de São Pedro do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. A intensão desses jesuítas, na sua maioria espanhóis, era a de catequisar e "civilizar" os indígenas e

³⁹ LIMA, Francisco das Chagas. *Memoria sobre o...* *Op. cit.*, p. 55. Grifos nossos.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 58. Grifos nossos.

⁴¹ SOUZA, Almir Antônio de. *Armas pólvora e...* *Op. cit.*, p. 187.

estabelecer inclusive escolas de primeiras letras. Alguns desses primeiros jesuítas, que, entre 1848 e 1851, atuaram na catequização dos grupos indígenas do norte do Rio Grande do Sul, intencionavam introduzir escolas de primeiras letras nos aldeamentos da vasta região entre Cruz Alta, Nonoai, Passo Fundo e Vacaria, na Província do Rio Grande do Sul.⁴² O Pe. Bernardo Parés, Superior da Missão dos jesuítas no norte da província, chegou a traçar, em 1848, “planos para construir em cada aldeamento uma escola para ensinar os meninos a ler e escrever e uma capela para os exercícios da religião”.⁴³ Seus esforços não lograram êxito, além do estabelecimento de capelas provisórias. Segundo relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, José Antônio Pimenta Bueno, em 1850, a única aldeia que havia uma escola de primeiras letras era a de São Nicolau do Rio Pardo, aldeamento fundado em 1757 com indígenas guarani-missionários das missões orientais do Uruguai, após os conflitos demarcatórios desencadeados pelo Tratado de Madri de 1750, em negociação estabelecida entre os indígenas e Gomes Freire.⁴⁴ A capela foi fundada ainda em 1833, não representando, pois, qualquer relação com os planos do Padre Bernardo Parés. Contudo, no curto período que atuaram nos aldeamentos Kaingang do norte do Rio Grande do Sul, os jesuítas deixaram algumas marcas.

Nessa época, Vitorino Condá vivia em Nonoai, liderando dezenas de Kaingang. Nascido em 1805, Condá era uma das crianças das famílias Kaingang lideradas por Antônio José Pahy que se abarracaram no Fortim de Atalaia, depois transformado em aldeamento nos Campos de Guarapuava, a partir de 1810, tendo crescido, pois, no interior da influência dos luso-brasileiros e possivelmente da catequese do Padre Chagas Lima. Em 1819 ou 1920, com apenas 14 ou 15 anos, Condá contraiu união sacramental com Rita de Oliveira Facxó e Pa, viúva de Antônio José Pahi, que morrera em confrontos com grupos indígenas resistentes à penetração dos brancos nos territórios Kaingang. Pouco antes do matrimônio, Condá teria sido batizado pelo Padre Chagas Lima. Em 1821 ou 1923, Condá se retiraria dos aldeamentos de Guarapuava, juntamente com dezenas de indígenas, e só retomaria relações com as lideranças dos aldeamentos por volta de 1927. Nesse período, é provável que tenha vivido com seu grupo nos campos, matas e vales ao sul de Guarapuava, naquela época denominados Campos de Palmas. Nos anos seguintes, passou a colaborar, a soldo pago pela Companhia de Ordenanças, na abertura da “picada para o sul”, capitaneada por Francisco da Rocha Loures, filho do Tenente Antônio da Rocha Loures. Este último, juntamente com Chagas Lima, foi o principal comandante dos aldeamentos em Guarapuava. A liderança de Condá, portanto, será decisiva no avanço dos fazendeiros nos Campos de Palmas e no norte do Rio Grande do Sul no final dos

⁴² AZEVEDO, Ferdinand. A catequese jesuítica entre os índios Kaingáng, 1848-1851. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, Faculdade de Teologia da Companhia de Jesus, v. 15, n. 35, p. 73-116, jan.-abr. 1983, p. 73-ss.

⁴³ *Ibidem*, p. 106.

⁴⁴ AZEVEDO, Ferdinand. A catequese jesuítica entre... *Op. cit.*, p. 92; MELO, Karina M. R. da Silva e. A aldeia de São Nicolau do Rio Pardo: histórias vividas por índios Guaranis (Séculos XVIII-XIX). 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul, Porto Alegre, p. 28-ss.

anos 1830 e durante os anos 1840, época em que o governo da província do Rio Grande do Sul buscava reunir os Kaingang em Nonoai.⁴⁵

Segundo Ferdinand de Azevedo, com base nos documentos das atividades jesuíticas em Nonoai, os únicos Kaingang já batizados eram cerca de setenta que estavam ali, em 1848, vindos de Palmas e Guarapuava, liderados por Vitorino Condá, mas que sua vida cristã era superficial. Assim, Azevedo conclui que os resultados da catequese empreendida pelo Padre Chagas Lima não foram muito eficazes.⁴⁶ Uma vez que os efeitos da catequese eram ainda muito pequenos e “o ambiente das aldeias [...] não era propício para a catequese dos adultos [...] o Pe. Villarrubia pôs sua esperança na catequese dos índios jovens e das crianças”.⁴⁷ Os relatos das experiências iniciais na catequização dos Kaingang podem ser considerados bastante significativos no que eles permitem pensar sobre as condições da cultura escrita naquela época:

O Pe. Viliarrubia tinha a sorte de ter como colega em Nonoai o Pe. Julián Solanellas que era um catequista extraordinário. O método desse jesuíta faz lembrar o de seus antecessores no século XVI. Como Manuel da Nóbrega, o Pe. Solanellas logo percebeu como a *música* enfeitava os índios jovens. O jesuíta, então, usava *cantos* para atrair os meninos à catequese e à *recitação* diária do terço. Os jovens índios, mesmo não entendendo a letra, cantavam os hinos religiosos para a edificação de todos. Infelizmente, o jesuíta não deixou a melodia, porém, encontramos a letra desses hinos na sua correspondência. Os meninos cantavam nada menos que dez hinos durante a celebração da Missa [...]. Além dos cantos, o jesuíta usava *gravuras* para explicar a vida eterna e o inferno, um método que deu bons resultados. Também, o Pe. Solanellas *tentou ensinar os meninos a escrever*; mas eles não tinham paciência e somente podiam aplicar-se por alguns momentos.⁴⁸

Como se vê, em meados do século XIX, cantos, recitações, gravuras, leitura e escrita, já não eram práticas desconhecidas dos Kaingang, pelo menos aqueles aldeados ou em contato mais intenso com os fazendeiros, estancieiros, tropeiros e povoados que avançavam em direção às fronteiras meridionais. Também as correspondências, as imagens, os impressos e os manuscritos já exerciam poder e influência. Como a penetração dos luso-brasileiros nos territórios Kaingang não fosse destituída de violências e perseguições, já pela forma tradicional de “dividir para governar”,⁴⁹ em 1856, foi com a justificativa de “receber uma carta” que o líder Kaingang Pedro Nicafin, resistente às penetrações de colonos e fazendeiros nos territórios à noroeste do Rio Grande do Sul, fora conduzido a uma emboscada que resultou em sua

⁴⁵ Os autores divergem nas datas. Para Almir Antônio de Souza, o matrimônio de Vitorino e Rita foi em 1819 e o seu afastamento do aldeamento em 1821; já para Tatiana Takatuzi, 1820 e 1823 respectivamente. Os autores convergem na data de 1827 para o retorno de Condá e seu grupo aos aldeamentos. Cf.: SOUZA, Almir Antônio de. *Armas pólvora e... Op. cit., passim*; TAKATUZI, Tatiana. *Águas batismais e... Op. cit., p. 138*; AZEVEDO, Ferdinand. *A catequese jesuítica entre... Op. cit., passim*.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 103.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 106.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 106-108. Grifos nossos.

⁴⁹ RENK, Arlente. *Migrações: de ontem e de hoje*. Chapecó, PR: Grifos, 1999, p. 7.

morte.⁵⁰ Com isso, não se quer afirmar que Nicafin sabia ler ou escrever, tampouco que não o sabia, mas a “carta” tinha tal importância que o motivou a se deslocar até o lugar em que ela supostamente se encontrava para conferir a sua materialidade e possivelmente providenciar que a lessem para naturalmente saber o que dizia o seu conteúdo. Portanto, em meio a essas tentativas de catequização e subjugação dos Kaingang ao trabalho forçado, à escravidão e à doutrina cristã, a cultura escrita, aos poucos, entra no universo cotidiano dos habitantes dos Campos de Palmas e dos campos, matas e vales do rio Uruguai e seus afluentes ao longo do século XIX.

Não é à toa que no *Vocabulário da língua bugre*, publicado em 1852, já serão encontrados, por exemplo, os “vocábulo Kaingang” para as palavras “carta” ou “escripta” = [*vanherá toien*, isto é, “risquinhos que fallão”], “escrever” = [*vanherantoiem*], “ler” = [*vanherá, toien, veve, e velquiriri*] e “livro” = [*papereon* ou *rivoro*].⁵¹ Por se tratar de um processo eurocêntrico de evangelização que naturaliza o uso da escrita fonológica nas comunidades “ágrafas”, isto é, para cada fonema, um só símbolo, uma só letra,⁵² o processo de redução das línguas indígenas deve ser observado pelo pesquisador com cuidado. Não obstante o esforço flagrante de construção de um conceito por associação ou derivação, a rigor, no “idioma Kaingang” não existia um conceito específico para as práticas de escrita, como no caso dos vocábulo “carta” e “escrita”, para os quais o autor do “Vocabulário” de 1852 relacionou palavras aparentemente já existentes na língua praticada pelos Kaingang, tais como “risquinhos” que “falam”, denotando que, por exemplo, no caso da palavra “escrita”, não havia uma palavra única que fosse correspondente a tal atividade. Foi preciso encontrar conceitos que, associados, representassem a noção de grafia, isto é, o primeiro – “riscos” – um conceito aparentemente familiar a algum tipo de grafismo, e o segundo, a função – “que falam” – em uma comunidade que não era completamente destituída de práticas “gráficas” ou “glíficas” ou destituída de símbolos, como por exemplo, os signos pintados no corpo ou reproduzidos nos trançados das cestarias. Mas ainda assim, essa tradução denota uma representação dos Kaingang como uma sociedade considerada “ágrafa” em relação à tecnologia da escrita alfabética ocidental.

Em que pesem as diferenças em relação à escrita, nessas sociedades existia uma linguagem simbólica empregada nos artefatos encontrados em sua cultura material e uma arte gráfica que se expressava como linguagem;⁵³ isto é, haviam ali símbolos, signos, códigos, formas gráficas que não eram as mesmas utilizadas pelo colonizador e nem eram utilizadas do mesmo modo. Assim, com a colonização, diferentes tecnologias intelectuais empregadas na linguagem entrarão em conflito e os resíduos de sua história contribuem para o entendimento

⁵⁰ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. *Toldo Chimbanguê: história e luta Kaingang em Santa Catarina*. Xanxerê, SC: Conselho Indigenista Missionário, 1984, p. 23.

⁵¹ *Vocabulário da língua bugre... Op. cit.*, p. 64, 68, 71.

⁵² BARROS, Maria Cândida Drumond Mendes. Educação bilíngue, linguística... *Op. cit.*, p. 18.

⁵³ Sobre esse tema, cf.: RIBEIRO, Berta. Introdução: a linguagem simbólica da cultura material. In: *Suma etnológica brasileira*. Edição atualizada do *Handbook of South American Indians*. Ed. de Darcy Ribeiro et al. Vol. 3: Arte índia. Petrópolis, RJ: Vozes; FINEP, 1986, p. 11-27.

dos termos em que ele se deu e marcam as condições das relações estabelecidas com a escrita entre indígenas e colonizadores.

Em 1869, por exemplo, segundo o historiador Almir Antônio de Souza, depois de já ter retornado aos Campos de Palmas, Vitorino Condá, com 64 anos, ao fazer aquela que foi a “sua última viagem a uma capital de província para levar ao Presidente uma pauta de reivindicações para seu povo”, além de solicitar “terrenos para se estabelecerem, pois estavam morando em terras alheias”, e “um ferreiro”, requereu também às autoridades paranaenses “um professor de primeiras letras”.⁵⁴

Situações como essas descritas até aqui são importantes pistas para a compreensão dos usos que os Kaingang possam ter feito da leitura e da escrita e que significados possam ter atribuído ao poder dessas tecnologias. A solicitação da comitiva de Vitorino Condá de um professor de primeiras letras, pois, aparece pouco mais de meio século antes do escrivão do aldeamento de Palmas, Avelino Francisco, ter utilizado a escrita de uma carta para denunciar as perseguições que sofriam os indígenas daquela aldeia, em 1933, como demonstrado na abertura do presente artigo. Este expediente epistolar também será utilizado pelos Kaingang do Toldo Chimbanguê, meio século depois, em favor da retomada de seus territórios, ainda que se possa supor que a escrita da carta, datilografada, tenha recebido apoio dos técnicos do CIMI, uma vez que esses, na ocasião, atuavam na mediação dos conflitos entre indígenas e colonos. Seguem, pois, alguns principais trechos da carta:

Chapecó, 12 de Abril de 1984
Toldo Chimbanguê, SC.

Ilmo Sr.
Dr. Harry Luiz Ávila Telles
Delegado Regional da
4ª. D. R. – FUNAI
CURITIBA – PR

Senhor Delegado,

O motivo desta carta é comunicar ao senhor as violências e ameaças que a nossa comunidade indígena kaingang continua sofrendo, sendo cada vez pior. E fazer um pedido sobre a nossa segurança.

Desde a nossa primeira visita na 4ª Delegacia da FUNAI, nós entregamos ao senhor um ofício contando a nossa situação, e já naquele tempo era pedido pra FUNAI uma providência urgente sobre as violências e ameaças dos colonos. [...] Quando a Dona Lina e o advogado da FUNAI desceu no Chimbanguê com dois policiais, em mês de Agosto de 1982, sobre a invasão do Vitório Pecini na roça do Cacique e do Gumercindo Fernandes, os próprios da FUNAI viram como os brancos andam armados na nossa área e viram que tipos de ameaça eles fazem. [...]

Foram achados algumas armas e outras o próprio sub-delegado dos brancos ajudou a encobrir. [...] O Delegado mandou dizer ao Juiz que não foi encontrado arma.

Mas como pode ser esse negócio, se o pessoal dos brancos aqui anda tudo armado, de cachorro pra cima. E como é que eles podem andar armados, e tudo se pára fácil para eles? E para o índio não.

⁵⁴ SOUZA, Almir Antônio de. *Armas pólvora e... Op. cit.*, p. 292.

Por motivo de falta de segurança dos índios, tem pouco tempo uma moça índia foi atacada pelos brancos, o que a FUNAI é sabedora. No começo do ano a casa da índia Carmelinda Veiga foi queimada, também por motivo que os brancos sabem que os índios não tem defesa.

Bem no fim, domingo passado até tiros de 38 e pedras andaram atirando nas casas dos índios na beira do Irani.

Será que o índio não tem direito de se defender? Será que o índio tem que morrer quieto? Será que a FUNAI não tem obrigação de proteger a vida do índio? [...]

Queremos que a FUNAI dê autorização para os índios dessa área ter o porte de armas para se defender. Não pensamos de fazer nenhuma violência. É só mesmo para nossa defesa, no último caso.

O que não é possível é os índios ficarem do jeito que estão, pois até perante um Juiz de Chapecó teve colono fazendo ameaça contra os índios, dizendo que ia limpar a terra a pau.

Nós temos responsabilidade nas nossas famílias. Será que a FUNAI vai ser responsável de uma morte que acontecer com um índio da nossa comunidade?

Por isso ao menos as autoridades indígenas tem que ter o meio de defender o povo.

Queremos que a resposta da FUNAI seja imediata, porque a FUNAI já sabe como é a violência que passamos.

Assinam as autoridades indígenas, por toda a comunidade do Toldo Chimbanguê.

Cacique Clemente Fortes do Nascimento Xêyuyá

Angelin Gandão

Antônio da Veiga

Sebastião da Veiga

Gumercendo Fernandes.⁵⁵

Contam-se em torno de dois séculos, portanto, de um contato violento entre luso-brasileiros, colonos e indígenas Kaingang, em que a oralidade, a escrita e a leitura são partes centrais dos aspectos políticos e culturais que envolveram as revoltas e lutas pela terra nos espaços que cercam e que compõem a atual região da Fronteira Sul. Como vimos, mesmo que precárias, algumas escolas de primeiras letras, ou pelo menos, classes de primeiras letras, em aldeias indígenas, existiram desde o século XIX. Importa dizer, no entanto, que a maior parte das escolas será instalada na primeira metade do século XX, por meio da atuação do Serviço de Proteção aos Índios, criado em 1910, e a alfabetização será mais disseminada somente na segunda metade do século passado. Ressalta-se que eram escolas monolíngues, “destinadas a funcionar como agente de ‘integração’ dos índios à sociedade brasileira” e que perduraram por algumas décadas como forma de “promover o aprendizado da língua nacional (pela convivência escolar e exposição à fala do professor) e a combater crenças, valores e práticas indígenas (no caso da escola missionária)”.⁵⁶

Na segunda metade do século XX, com a atuação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que substituiu o SPI a partir de 1967, e com a atuação de instituições missionárias como o *Summer Institute of Linguistics* (SIL) – reconhecido no Brasil como Sociedade Internacional de Linguística – mantidas por grupos religiosos e destinadas a estudos linguísticos e traduções da Bíblia em comunidades indígenas, em “países subdesenvolvidos”,

⁵⁵ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. *Toldo Chimbanguê... Op. cit.*, p. 15-16.

⁵⁶ D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. *Como nasce e... Op. cit.*, p. 15.

“as escolas passaram a ter uma papel mais importante e ativo no esforço de ‘integração’ das crianças índias, criando-se uma nova geração de jovens, em muitas comunidades, todos alfabetizados, e abrindo espaço a novas demandas, entre elas, de emprego”.⁵⁷ O estudo pioneiro sobre a educação em sociedades indígenas, de Silvio Coelho dos Santos (1975), mostra que, nos 19 postos indígenas existentes na região sul controlados pela FUNAI, em meados dos anos 1970, havia, pelo menos, um professor entre o pessoal permanente, pago com verba específica dos projetos vinculados à FUNAI, porém haviam também diversos professores estaduais, municipais e particulares (missões) atuando nessas comunidades. No Posto Indígena de Guarita, no noroeste do Rio Grande do Sul, funcionava o centro de treinamento para monitores bilíngues, que contava então com cinco professores, um número significativo para a época.⁵⁸

De acordo com Wilmar da Rocha D’Angelis, desde a década de 1960, existe uma ortografia estabelecida para a língua Kaingang e as cartilhas de alfabetização produzidas para a alfabetização nesta língua existem há mais ou menos meio século. Além disso, desde os anos 1970, existem cursos para formação de professores indígenas.⁵⁹ Considerando essas condições multifacetadas da entrada da cultura escrita nas comunidades Kaingang, se faz necessário recuperar resumidamente alguns acontecimentos relativos à dicionarização e à gramaticalização da língua Kaingang que certamente contribuem para a compreensão desse processo.

Como assinalado anteriormente, em 1852 apareceu o *Vocabulário da língua bugre*, atualmente atribuído ao Padre Francisco das Chagas Lima. Depois destes primeiros esforços em direção ao conhecimento da língua Kaingang, merecem destaque os trabalhos de Telêmaco Augusto Enéas Morosini Borba (1840-1918). Militar, sertanista, político e etnógrafo, o Coronel Telêmaco Borba realizou diversas anotações dos costumes Kaingang enquanto dirigiu aldeamentos indígenas na região do Tibagi nos Campos Gerais do Estado do Paraná. Dentre seus registros, publicados em revistas nacionais e internacionais desde os anos 1880, está um “pequeno vocabulário da lingua Caingangue ou Coroado” com pouco mais de 200 vocábulos, alguns exemplos de diálogos sobre temas cotidianos na língua Kaingang, um “ensaio de conjugação de verbos em Caingangue” e uma pequena lista de nomes e palavras.⁶⁰ No que diz respeito aos dicionários, o olhar se volta, primeiramente aos trabalhos do Frei Mansueto Barcatta de Val Floriana, da Ordem dos Missionários Capuchinhos do Estado de São Paulo. Frei Mansueto publicou os seus “Diccionarios Kainjgang-Portuguez e Portuguez-Kainjgang”, em 1920, na *Revista do Museu Paulista*, ocupando quase 400 páginas do periódico. É também de autoria do missionário capuchinho, publicado dois anos antes no mesmo periódico, o “Ensaio de Grammatica Kainjgang”. Somente em torno de meio século depois destas primeiras tentativas de dicionarização e gramaticalização do Kaingang, novos estudos foram

⁵⁷ *Idem.*

⁵⁸ SANTOS, Silvio Coelho dos. *Educação e sociedades tribais*. [S. l.]: Movimento, 1975, p. 41.

⁵⁹ D’ANGELIS, Wilmar da Rocha. *Como nasce e... Op. cit.*, p. 20.

⁶⁰ Constam em: BORBA, Telemaco. *Actualidade Indigena... Op. cit.*, p. 35-48.

empreendidos nessa direção: sob coordenação da linguista alemã Ursula Wiesemann, em 1971, o SIL publicou a primeira edição do *Dicionário Kaingáng-Português Português-Kaingáng*. Para a elaboração do dicionário, foram coligidos termos e expressões de diversos dialetos praticados em comunidades Kaingang localizadas desde o norte do rio Paranapanema, no Estado de São Paulo, até o sul do rio Uruguai e leste do rio Passo Fundo, não se configurando, pois, como é dito no prefácio da obra, apenas como uma “revisão do trabalho de Floriano”, quer dizer, do dicionário de Frei Mansueto de Val Floriana.⁶¹

Assim como no caso da escolarização implementada nas aldeias, esses registros da cultura e da língua Kaingang devem ser analisados com cuidado, tendo em vista a clara intensão integracionista das políticas para os indígenas, as quais estavam voltadas, em grande medida, à catequização e à “civilização” dos aborígenes brasileiros, o que significava para esses grupos o abandono de costumes tradicionais e a adoção do modo de vida dos brancos, situação que fazia com que os indígenas fossem colocados a serviço do Estado e não o contrário.⁶²

Portanto, é compreensível que tenhamos atualmente um cenário não muito animador em relação às línguas indígenas que passaram do “monolinguismo ao bilinguismo, e deste ao abandono da língua indígena” por uma parte considerável da população, no caso dos Kaingang. É um cenário que requer apurados diagnósticos das condições históricas e culturais dos usos da língua Kaingang e das condições atuais do idioma nessas comunidades para se levar a cabo o necessário planejamento linguístico a ser adotado no presente e no futuro. Somados à essas condições, os problemas identitários presentes na relação entre etnia e língua têm sido abordados de forma rigorosa por linguistas, antropólogos e indigenistas e apresentados com uma visível e correta franqueza em suas exposições. O linguista e indigenista Wilmar da Rocha D’Angelis considera que não existe hoje uma “verdadeira *Literatura em Kaingáng*”, nem “uma *Literatura Kaingáng*”. Também reconhece que não contamos com “um verdadeiro Dicionário Kaingáng” e “tampouco existe um bom dicionário *Português-Kaingáng*” ou, ainda, “uma verdadeira *Gramática Kaingáng*”. Essas constatações levam em consideração os fatores que explicam a não incorporação das gramáticas pelos professores indígenas, a desatualização dos antigos dicionários e a condição incipiente da produção de textos e traduções nas escolas das comunidades.⁶³

⁶¹ VAL FLORIANA, Frei Mansueto Barcatta de. Dicionários Kainjgang-Portuguez e Português-Kainjgang composto por Frei Mansueto Barcatta de Val Floriana da Ordem dos Missionários Capuchinhos do Estado de São Paulo. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, t. XII, 1920; VAL FLORIANA, Frei Mansueto Barcatta de. Ensaio de grammatica Kainjgang. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, t. X, 1918; SIL. *Dicionário Kaingáng-Português Português-Kaingáng*. Brasília: Summer Institute of Linguistics, 1981, p. 7.

⁶² MOREIRA, Fernando de Sá. Tradução de “Die Caingangs-Indianer in der brasilianischen Provinz Paraná” (“Os índios caingangues na província brasileira do Paraná”, 1886), de Telêmaco Borba. *Revista de História Regional*, v. 22, n. 1, p. 243-260, 2017, p. 245, 246.

⁶³ “No caso do Kaingáng, as tentativas de síntese e análise gramatical já feitas foram todas externas à sociedade indígena e, por isso mesmo, nenhuma delas foi incorporada pelos professores indígenas como uma boa representação de sua língua. Ademais, nenhuma gramática pedagógica foi elaborada para servir à reflexão lingüística interna à sociedade kaingáng. Em certo sentido, o jovem kaingáng acredita que a língua portuguesa é melhor que a sua, porque o Português pode ser analisado com critérios, mostrando

Mesmo assim, esses estudos reivindicam o uso e o desenvolvimento de uma tradição escrita como caminhos “decisivos para a vitalização, fortalecimento e modernização do idioma nativo”,⁶⁴ donde a necessidade de promover a dicionarização, a produção textual nas escolas, a elaboração de materiais didáticos – não apenas para a alfabetização em língua materna, como também para o aprendizado dos demais conhecimentos do currículo – e até mesmo programação televisiva e acesso a conteúdos da internet em língua Kaingang. Essas, certamente, são propostas fundamentais para o investimento de recursos e esforços nas políticas a serem adotadas em um projeto de “planificação linguística dos Kaingang”.⁶⁵

Desse modo, existem enormes desafios colocados para o presente e para o futuro. Há também uma compreensão rigorosa dos limites dos arquivos sobre os usos da escrita no passado, como bem observam os estudiosos. Entretanto, isso não pode desanimar a pesquisa em história. A começar pela inspiração que lhe fornecem aqueles acontecimentos singulares que demonstram o interesse dos indígenas pela escrita, visto que chegaram a produzir textos que podem ser acessados hoje, quer seja pela materialidade do que restou de seus escritos, quer seja por meio de fragmentos que emanam dos textos produzidos pelo poder estatal ou eclesiástico ou ainda residuais em narrativas produzidas por outras instituições de poder.

Sobre essas singularidades, mencionou-se anteriormente o nome de Chrisanto Nerenda, o indígena missioneiro que escreveu memórias do tempo em que esteve detido pelo exército português, em meados do século XVIII. Mas os Guarani missioneiros também legaram as cartas escritas pelos caciques dos cabildos e dos indígenas letrados que escreveram cartas no idioma Guarani, como Miguel Guaíbo, Primo Ybarendá ou Miguel Ñanduti, cujas transcrições e traduções para o espanhol de parte desta correspondência podem ser consultadas na base LANGAS (Línguas Gerais da América do Sul).⁶⁶ Neste sentido, é necessário aludir aos antigos livros, manuscritos e a escrita glífica pré-colonial da mesoamérica, também aos *quipus* que eram utilizados pelos povos andinos para realizar cálculos e registros,⁶⁷ a impressionante *Nueva crónica y Buen Gobierno*, de aproximadamente 1200 páginas e quase 400 desenhos, escrita pelo ameríndio de ascendência inca Felipe Guamán Poma de Ayala,⁶⁸ ou aos requerimentos manuscritos sobreviventes da relação política potiguar-neerlandesa no Brasil Holandês, em meados do século XVII, cuja autoria de alguns escritos é atribuída ao indígena Antônio Paraupaba.⁶⁹ Ainda no Brasil, na América Portuguesa, impressiona o caso da atuação

regularidades e sistematicidade.” D’ANGELIS, W. da R. Kaingáng: Questões de Língua e Identidade. *LIAMES: Línguas Indígenas Americanas*, v. 2, n. 1, 2012, p. 126, 127.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 105.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 120, 126, 127.

⁶⁶ LANGAS. (Base de Dados). Disponível em: www.langas.cnrs.fr. Acesso em: out. 2020.

⁶⁷ Cf.: LEÓN-PORTILLA, Miguel. *Códices: os antigos libros do Novo Mundo*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2012.

⁶⁸ POMA DE AYALA, Felipe Guamán. *Nueva crónica y Buen Gobierno...* Disponível em: <http://www5.kb.dk/permalink/2006/poma/info/es/frontpage.htm>. Acesso em: 2 out. 2020.

⁶⁹ “É difícil comprovar se Paraupaba de fato escreveu as exposições. O manuscrito existente do segundo requerimento foi redigido por um escritor profissional. A correção do nome de Paraupaba na primeira página do manuscrito sugere que ele conferiu o documento depois de escrito antes de assiná-lo. Ainda assim, também é difícil provar que Paraupaba não escreveu os requerimentos. Paraupaba era um escritor experiente: as Minutas Diárias do Alto Conselho da WIC [Companhia das Índias Ocidentais] no Recife se

política dos “índios cristãos” – líderes indígenas ameríndios integrados à Amazônia Colonial Portuguesa –, que surge fragmentada na narrativa produzida pelo poder cristão colonial entre a segunda metade do século XVII e início do século XVIII.⁷⁰

Wilmar da Rocha D’Angelis já noticiou documentos como procurações e cartas assinadas por Vitorino Condá.⁷¹ Almir Antônio de Souza têm demonstrado a complexa luta política e diplomática do líder Kaingang.⁷² É notável o forte caráter político que marca as epístolas redigidas por Avelino Francisco e pelos Kaingang do Toldo Chimbangue. Graças às cartas que as lideranças indígenas enviaram à FUNAI, entre outras ações do movimento pela reintegração de seus territórios tradicionais, uma comunidade Kaingang vive hoje em terras demarcadas nos vales do rio Irani, nas proximidades da cidade de Chapecó..

Portanto, há um terreno fértil para a história dos usos políticos da escrita entre os indígenas e para uma história intelectual dos Kaingang, mas é importante considerar o que compete aos historiadores nesse empreendimento. Juntamente com as especulações sobre o alcance dos usos e práticas intelectuais indígenas no presente, parece necessário também problematizar historicamente esses eventos singulares: quais eram os regimes políticos da escrita a que estavam submetidos? Quais eram as condições da produção, da circulação e da autoria de memórias, narrativas, vocabulários, dicionários e gramáticas e que apropriações foram feitas destes recursos? A constatação de que muito há de se fazer pela cultura escrita entre os Kaingang, mas também o reconhecimento de que muito vem sendo feito por professores, instituições, pesquisadores e indigenistas, demonstram que há lugar aí para os historiadores na medida da sua capacidade de renovação das perguntas a serem feitas aos documentos, aos arquivos e à historiografia.

4. Considerações finais: para uma história das práticas orais, intelectuais, de leitura e de escrita na Fronteira Sul

Para uma história da entrada da cultura escrita em culturas de tradição oral como a dos indígenas da Fronteira Sul, especialmente para uma história da relação que os indígenas estabeleceram com a tecnologia da escrita, desde o século XIX, e mesmo de outras práticas intelectuais em tempos mais remotos, como o período colonial e até o pré-colonial, é necessário explorar as importantes referências disponíveis, entre as quais uma parte foi

referem a vários textos de sua autoria.” HULSMAN, Lodewijk. Índios do Brasil na República dos Países Baixos: as representações de Antônio Paraupaba aos Estados Gerais em 1654 e 1656. *Revista de História*, n. 154, p. 37-70, 2006, p. 40.

⁷⁰ Cf.: CARVALHO JUNIOR, Almir Diniz de. Líderes indígenas no mundo cristão colonial. *Canoa do Tempo*, PPGHIS/UFAM, v. 1, n. 1, p. 123-150, 2007.

⁷¹ D’ANGELIS, W. da R. Kaingáng... *Op. cit.*, p. 116.

⁷² Ver: SOUZA, Almir Antônio de. A Lei de Terras no Brasil Império e os índios do Planalto Meridional: a luta política e diplomática do Kaingang Vitorino Condá (1845-1870). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 35, n. 70, 2015; e, SOUZA, Almir Antônio de. A invasão das terras Kaingang nos Campos de Palmas. O processo contra a liderança indígena Vitorino Condá (1839-44). *Mediações. Revista de Ciências Sociais*, v. 19, n. 2, 2014.

arrolada no presente estudo. Numa perspectiva da história cultural, parece necessário se dirigir aos arquivos com o olhar voltado aos problemas da cultura escrita e sua relação com a oralidade, uma vez que muitos aspectos dessa relação, ainda merecem ser mais amplamente analisados no campo da história, num esforço em direção à interdisciplinaridade e à compreensão ampliada de uma história intelectual que inclua também, entre outras práticas, o grafismo, a música, a dança, a pintura corporal e os trançados.

Embora não tenham sido objetos do presente estudo, o qual buscou apresentar um olhar panorâmico sobre a cultura escrita e as suas implicações no contato dos colonizadores com os Kaingang, acervos de correspondências públicas e privadas, bibliotecas públicas e particulares, epistolários, documentos da escolarização e da imprensa local, possibilitam diversas formas de problematização no campo da cultura escrita na Fronteira Sul. Não se pode esquecer, porém, da necessidade de um olhar crítico sobre a polarização entre oralidade e escrita desencadeada pelo “escritismo” que marcou a escolarização bilíngue integracionista fundamentada numa linguística do uso da escrita fonológica por falantes de comunidades ágrafas, o que, para Barros “impede postular uma relação de correspondência unívoca” entre estas duas formas de uso da linguagem: a escrita e a falada.⁷³ O avanço no desenvolvimento de uma alfabetização em língua materna, da promoção de um currículo em língua Kaingang, de uma literatura (em) Kaingang e, finalmente, de uma inclusão digital e tecnológica bilíngue, exige a superação da hierarquização entre escrita e oralidade de modo a não excluir “a oralidade primária como parte definidora da cultura indígena”.⁷⁴

Nas comunidades Kaingang se encontram diferentes formas de contatos interculturais, podendo existir agricultores, trabalhadores das agroindústrias, estudantes das escolas das comunidades rurais ou das escolas públicas e privadas dos espaços urbanos, estudantes universitários, falantes ou não de idiomas da família linguística Jê, muitos dos quais, portanto, praticantes do bilinguismo. Tem-se um ponto importante: pelo bilinguismo, passa a “inclusão educacional” relacionada à persistente e justa reivindicação do investimento em escolas indígenas e em programas de acesso ao ensino superior de modo a atender às particularidades culturais desses grupos; passa também pelo bilinguismo a compreensão de que a “inclusão digital de comunidades indígenas” está diretamente ligada à “inclusão digital de línguas indígenas”, como “fator importante de fortalecimento e sobrevivência dessas línguas”, tal como é proposto pelo projeto “Web Indígena” desenvolvido na UNICAMP. As políticas de inclusão digital em comunidades indígenas parecem se tornar mais eficazes quando promovem a autonomia, na medida em que se evita a unilateralidade e se respeita o interesse manifesto pelas pessoas dessas comunidades.⁷⁵ Importante ressaltar aqui que, nas últimas décadas, se tem visto um crescente interesse pela formação superior entre os indígenas. Também

⁷³ BARROS, Maria Cândida Drumond Mendes. Educação bilíngue, linguística... *Op. cit.*, p. 18.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 33.

⁷⁵ D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Do índio na Web à Web indígena. In: D'ANGELIS, Wilmar da Rocha; VASCONCELOS, Eduardo (Orgs.). *Conflito indígena e direito das minorias indígenas*. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2011, p. 14-44.

merecem ser lembradas as políticas locais voltadas ao atendimento desse interesse pelo ensino superior, como o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN), da UFFS, e as políticas nacionais de valorização da formação acadêmica e profissional entre os povos indígenas estabelecidas pela legislação, como as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que alteraram a Lei 9.394/1996, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede nacional de ensino a obrigatoriedade da temática "História e cultura afro-brasileira e indígena".

O fortalecimento de uma literatura indígena, de uma poesia indígena ou, de maneira geral, o fortalecimento da criação cultural e intelectual das comunidades indígenas, poderá se realizar de maneira ampla e eficiente, na medida em que se considere as particularidades de cada uma dessas atividades e suas características históricas; em outras palavras, as histórias, mitos e lendas não se tornarão literatura indígena automaticamente pela operação de sua transcrição, pois os modos de sua criação obedecem a regimes próprios de produção e transmissão, assim como se dá na inclusão digital: não basta distribuir internet e equipamentos tecnológicos nas "comunidades excluídas", tal como ocorre em muitos programas voltados às comunidades indígenas, é preciso que a tecnologia digital e as diferentes tecnologias do conhecimento respeitem a autonomia cultural e cognitiva desses grupos, para que, diferentemente de um anseio salvacionista e integracionista, os investimentos na compreensão e no desenvolvimento das práticas intelectuais indígenas e a possibilidade de sua escolarização, não sejam agentes do enfraquecimento da criatividade, da oralidade, da poesia, das línguas e da arte das comunidades indígenas da Fronteira Sul.

Referências

- ALCIDES, Sérgio. F, L e R: Gândavo e o ABC da colonização. *Escritos*, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, ano 3, n. 3, 2009.
- AZEVEDO, Ferdinand. A catequese jesuítica entre os índios Kaingáng, 1848-1851. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, Faculdade de Teologia da Companhia de Jesus, v. 15, n. 35, p. 73-116, jan.-abr. 1983.
- BALDUS, Herbert. *Ensaio de etnologia brasileira*. Série 5ª. São Paulo: Cia. Ed. Nac., 1937. (Brasílica. Biblioteca Pedagógica Brasileira, vol. 101).
- BARROS, Maria Cândida Drumond Mendes. Educação bilíngue, linguística e missionários. *Em Aberto*, Brasília, ano 14, n. 63, jul.-set. 1994.
- BORBA, Telemaco. *Actualidade Indígena*. Curitiba: Typ. e Lytog. a vapor Impressora Paranaense, 1908.
- CARGNIN, Antônio Paulo. Política Nacional de Desenvolvimento Regional e Repercussões no Rio Grande do Sul. *Mercator*, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 19-35, 2014.
- CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. Líderes indígenas no mundo cristão colonial. *Canoa do Tempo*, PPGHIS/UFAM, v. 1, n. 1, p. 123-150, 2007.
- CHARTIER, R. *Do palco à página: publicar teatro e ler romances na época moderna (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Ed. UnB, 1999.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. *Toldo Chimbangue: história e luta Kaingang em Santa Catarina*. Xanxerê, SC: Conselho Indigenista Missionário, 1984.
- D'ANGELIS, W. da R. Kaingáng: Questões de Língua e Identidade. *LIAMES: Línguas Indígenas Americanas*, v. 2, n. 1, p. 105-128, 2012.
- D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. *Como nasce e por onde se desenvolve uma tradição escrita em sociedades de tradição oral?* Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2007.
- D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Do índio na *Web à Web* indígena. In: D'ANGELIS, Wilmar da Rocha; VASCONCELOS, Eduardo (Orgs.). *Conflito indígena e direito das minorias indígenas*. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2011.
- D'ANGELIS, Wilmar da Rocha; VEIGA, Juracilda. Bilinguismo entre os Kaingang: situação atual e perspectivas. MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco; TOMMASINO, Kimiye (Orgs.). *Uri e Wãxi: estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina, PR: Ed. UEL, 2000.
- DAHER, Andrea. *Oralidade perdida: ensaios de história das práticas letradas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- FREIRE, José Ribamar Bessa. *Da língua geral ao português: para uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia*. 2003. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) – Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- GANDAVO, Pero de Magalhães de. *História da Prouincia Santa Cruz, A que vulgarmente chamamos Brasil, feita por Pero de Maganhães de Gandavo, dirigida ao muito illustre*

Senhor Dom Leoni Pereira, Governador que foi de Malaca e das mais partes do Sul na India. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1858.

HANSEN, João Adolfo. A civilização pela palavra. In: *500 anos de educação no Brasil*. [S. l.]: [s. n.], 2007.

HANSEN, João Adolfo. Leituras coloniais. In: ABREU, Márcia (Org.). *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas, SP; São Paulo: Mercado das Letras; Associação de Leitura do Brasil; FAPESP, 1999.

HULSMAN, Lodewijk. Índios do Brasil na República dos Países Baixos: as representações de Antônio Paraupaba aos Estados Gerais em 1654 e 1656. *Revista de História*, n. 154, p. 37-70, 2006.

LEÓN-PORTILLA, Miguel. Códices: os antigos livros do Novo Mundo. Florianópolis: Ed. UFSC, 2012.

LIBERALI, Ricardo Vergilio; HASS, Monica. *Território Federal do Iguazu: a página esquecida de nossa historiografia regional*. 2000. Monografia (Especialização em História Regional) – Universidade do Oeste de Santa Catarina, Jaçoba (SC).

LIMA, Francisco das Chagas. Memória sobre o descobrimento e colonia de Guarapuava. *Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. IV, n. 13, p. 43-64, 1842.

LOPES, Sérgio. *O território do Iguazu no contexto da "Marcha para oeste"*. Cascavel, PR: Ed. Unioeste, 2002.

MARCON, Telmo. *Memória, história e cultura*. Chapecó, SC: Argos, 2003.

MARTINS, Marcos Lobato. História e meio ambiente. In: HISSA, Cássio Eduardo Viana (Org.). *Saberes ambientais. Desafios para o conhecimento disciplinar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

MELIÀ, Bartolomé. Quand les Indiens Guarani ont fait entendre leur voix... (Deux lettres inédites de 1753). *Journal de la Société des Américanistes*, t. 56, n. 2, p. 622-628, 1967.

MELIÀ, Bartomeu. Uso político de la escritura entre los Guarani coloniales. In: D'ANGELIS, Wilmar da Rocha; VASCONCELOS, Eduardo (Orgs.). *Conflito indígena e direito das minorias indígenas*. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2011.

MELO, Karina M. R. da Silva e. *A aldeia de São Nicolau do Rio Pardo: histórias vividas por índios Guaranis (Séculos XVIII-XIX)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul, Porto Alegre.

MOREIRA, Fernando de Sá. Tradução de "Die Caingangs-Indianer in der brasilianischen Provinz Paraná" ("Os índios caingangues na província brasileira do Paraná", 1886), de Telêmaco Borba. *Revista de História Regional*, v. 22, n. 1, p. 243-260, 2017.

MOTA, Lucio Tadeu. O processo de desterritorialização dos índios Kaingang nos Koran-bang-rê. In: MOTTA, M. M. M.; OLINTO, B. A.; OLIVEIRA, O. (Orgs.). *História agrária: propriedade e conflito*. Guarapuava, SC: Ed. UNICENTRO, 2009.

NEUMANN, E. S. Os guaranis e a razão gráfica: cultura escrita, memória e identidade indígena nas reduções – séculos XVII & XVIII. In: KERN, Arno Alvarez; SANTOS, Maria Cristina dos; GOLIN, Tau (Dir.). *Povos Indígenas*. Passo Fundo, RS: Méritos, 2009. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

NOGUEIRA, Rafaela Vieira; SCHMITZ, Pedro Ignácio; ROGGE, Jairo Henrique. Co-evolução de cultura e ambiente na formação do Jê Meridional. *Revista Tecnologia e Ambiente*, Criciúma

- (SC), v. 21, n. 1 - Dossiê IX - Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira - Regional Sul, 2015.
- ONG, Walter. *Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra*. Campinas, SP: Papirus, 1998.
- PINTO, Américo Cortez. *Da famosa arte da imprimissão*. Lisboa: Ulisseia, 1948.
- POMA DE AYALA, Felipe Guamán. *Nueva crónica y Buen Gobierno...* Disponível em: <http://www5.kb.dk/permalink/2006/poma/info/es/frontpage.htm>. Acesso em: 2 out. 2020.
- RENK, Arlene. *A luta da erva: um ofício étnico no oeste catarinense*. Chapecó, PR: Grifos, 1997.
- RENK, Arlene. *Migrações: de ontem e de hoje*. Chapecó, PR: Grifos, 1999.
- RIBEIRO, Berta. Introdução: a linguagem simbólica da cultura material. In: *Suma etnológica brasileira*. Edição atualizada do *Handbook of South American Indians*. Ed. de Darcy Ribeiro et al. Vol. 3: Arte índia. Petrópolis, RJ: Vozes; FINEP, 1986.
- RIBEIRO, Eduardo Rivail. O catecismo Purí do Pe. Francisco das Chagas Lima. *Cadernos de Etnolinguística*, v. 1, n. 1, p. 1-4, jan. 2009.
- ROBINSON, M. et al. Uncoupling human and climate drivers of late Holocene vegetation change in southern Brazil. *Scientific Report*, v. 8, art. n. 7800, 2018.
- SANTOS, Silvio Coelho dos. *Educação e sociedades tribais*. [S. l.]: Movimento, 1975.
- SIL. *Dicionário Kaingáng-Português Português-Kaingáng*. Brasília: Summer Institute of Linguistics, 1981.
- SOUZA, Almir Antônio de. A invasão das terras Kaingang nos Campos de Palmas. O processo contra a liderança indígena Vitorino Condá (1839-44). *Mediações. Revista de Ciências Sociais*, v. 19, n. 2, 2014.
- SOUZA, Almir Antônio de. A Lei de Terras no Brasil Império e os índios do Planalto Meridional: a luta política e diplomática do Kaingang Vitorino Condá (1845-1870). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 35, n. 70, 2015.
- SOUZA, Almir Antônio de. *Armas pólvora e chumbo: a expansão luso-brasileira e os índios do planalto meridional*. Guarapuava, PR: Ed. Unicentro; Ed. UFPR, 2015.
- TAKATUZI, Tatiana. *Águas batismais e santos óleos: uma trajetória histórica do aldeamento de Atalaia*. 2005. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- TOMMASINO, Kimiye. *Kikikoi: ritual dos Kaingang na área indígena Xapecó/SC: registro áudio-fotográfico do ritual dos mortos*. Londrina, PR: Midiograf, 2000.
- VAL FLORIANA, Frei Mansueto Barcatta de. Dicionários Kainjgang-Portuguez e Português-Kainjgang composto por Frei Mansueto Barcatta de Val Floriana da Ordem dos Missionários Capuchinhos do Estado de São Paulo. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, t. XIII, 1920.
- VAL FLORIANA, Frei Mansueto Barcatta de. Ensaio de grammatica Kainjgang. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, t. X, 1918.
- Vocabulário da língua bugre. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, t. XV, n. 5, p. 60-77, 1852.
- VOJNIK, Fernando. *O Império das Primeiras Letras: Uma História da Institucionalização da Cartilha de Alfabetização no Século XIX*. Curitiba: Appris, 2019.

ZARTH, Paulo. Fronteira Sul: história e historiografia. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir; ZARTH, Paulo (Orgs.). *História da Fronteira Sul*. Porto Alegre; Chapecó, RS: Letra & Vida; UFFS, 2015.

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ZUMTHOR, Paul. *Introdução à poesia oral*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

ZUMTHOR, Paul. La permanencia de la voz. *El Correo Unesco*, Paris, n. 8, ago. 1985.

